



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ-SC PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

LUIZ HENRIQUE VALENTINI

GAUDÊNCIO, UM BANDIDO SOCIAL NA REGIÃO DE ERECHIM

CHAPECÓ- SC

2023

LUIZ HENRIQUE VALENTINI

GAUDÊNCIO, UM BANDIDO SOCIAL NA REGIÃO DE ERECHIM

Dissertação apresentada ao programa de PósGraduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Prof. Dr. Humberto José da Rocha.

Orientador: Prof. Dr. Humberto José da Rocha

CHAPECO – SC

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Valentini, Luiz Henrique
GAUDÊNCIO, BANDIDO SOCIAL NA REGIÃO DE ERECHIM / Luiz
Henrique Valentini. -- 2023.
81 f.:il.

:

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2023.

1. BANDITISMO SOCIAL. I. Universidade Federal da
Fronteira Sul. II. Título.

LUIZ HENRIQUE VALENTINI

GAUDÊNCIO, BANDIDO SOCIAL NA REGIÃO DE ERECHIM.

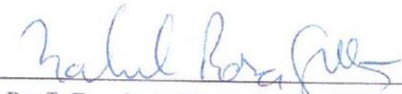
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Prof. Dr. Humberto José da Rocha

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em: 08 / 32 / 22.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br HUMBERTO JOSE DA ROCHA
Data: 31/03/2023 16:59:16-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Humberto José da Rocha – UFFS
Orientador



Profª. Dra. Isabel Rosa Gritti – UFFS
Avaliadora

Documento assinado digitalmente
gov.br GERSON WASEN FRAGA
Data: 28/03/2023 16:58:44-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga – UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho a minha mãe, a minha irmã e a minha sobrinha Maria Clara, que jamais pouparam tempo e esforços para que eu pudesse concluir meus estudos e jamais deixaram algum dia de acreditar em mim. Dedico também este trabalho ao meu avô Elizário Polli cuja vida foi escrita pelos reveses da sorte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a Universidade Federal da Fronteira Sul pela oportunidade.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Humberto José da Rocha, pela disponibilidade, competência, profissionalismo e pelas conversas orientadoras e valiosas.

Agradeço a toda minha família pelas incansáveis solitudes e constante apoio em todos os momentos em que precisei.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de uma maneira ou outra me ajudaram. Obrigado por me receberem e disponibilizarem tempo, documentos e consideração.

Agradeço às críticas recebidas pois elas conduziram o meu trabalho de uma maneira melhor.

RESUMO

A presente dissertação aborda a temática do banditismo social na região norte do Rio Grande do Sul, especialmente na região de Erechim. É considerado o contexto político do Rio Grande do Sul durante os governos do Partido Republicano Rio-grandense em específico a gestão de Borges de Medeiros até meados do ano de 1927 marcando o autoritarismo e o positivismo como fatores para a nomeação de gestores públicos na cidade de Erechim. A relação entre o banditismo social e a política da época é feita através da figura de Gaudêncio dos Santos, que, tendo em vista os reflexos das Revoluções Federalistas que ocorreram no sul do Brasil, acabou se instalando na região de Erechim. A pesquisa foi feita partindo de documentos históricos pesquisados em arquivos públicos, revisão de literatura e entrevistas. A hipótese do trabalho é que Gaudêncio dos Santos representa um exemplo de bandido guerrilheiro pelo fato de ter lutado na guerra civil e também ser movido por interesses pessoais que poderiam ser alcançados através da sua participação no conflito.

Palavras-chave: Gaudêncio dos Santos. Banditismo Social. Revolução Federalista.

ABSTRACT

This dissertation addresses the theme of social banditry in the northern region of Rio Grande do Sul, especially in the region of Erechim. It is considered the political context of Rio Grande do Sul during the governments of the Republican Party of Rio Grande do Sul, specifically the management of Borges de Medeiros until mid 1927, marking authoritarianism and positivism as factors for the appointment of public managers in the city of Erechim. The relationship between social banditry and the politics of the time is made through the figure of Gaudêncio dos Santos, who, in view of the effects of the Federalist Revolutions that occurred in southern Brazil, ended up settling in the region of Erechim. The research was carried out based on historical documents researched in public archives, literature review and interviews. The hypothesis of the work is that Gaudêncio dos Santos represents an example of a guerrilla bandit due to the fact that he fought in the civil war and was also driven by personal interests that could be achieved through his participation in the conflict.

Keywords: Gaudêncio dos Santos. Social Banditry. Federalist Revolution

LISTA DE ABREVIATURAS

PRR - Partido Republicano Rio-Grandense

PRD - Partido Republicano Democrático

Gal. - General

Cel. - Coronel

C.A - Corpo Auxiliar

LISTA DE ARQUIVOS

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

A 2º B. da B.M – Arquivo do 2º Batalhão da Brigada Militar, Rio Pardo

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Região do Tapir onde teria sido o acampamento de Gaudêncio e seu bando	20
Figura 2 – Declaração de Gaudêncio	24
Figura 3 – General Portinho e seu Estado Maior	26
Figura 4 – Região de Erechim no Mapa do Rio Grande do Sul	53
Figura 5 – Rebeldes sob o comando de Felipe Portinho em Erechim	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 GAUDÊNCIO: O HOMEM, O BANDIDO	16
1.1 O homem Gaudêncio	16
1.2 As vertentes teóricas do banditismo social	26
2 O RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA REPÚBLICA	40
2.1 Republicanos e Federalistas no Rio Grande do Sul na Primeira República.....	40
2.2 O positivismo no Rio Grande do Sul (1891–1928).....	44
2.3 Os federalistas e a revolução de 1923.....	48
3 UM BANDIDO GUERRILHEIRO NA REGIÃO DE ERECHIM	53
3.1 Erechim – da criação até 1927.....	53
3.2 Um olhar sobre relatos e documentos.....	59
3.3 Gaudêncio, um “bandido guerrilheiro”	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda um caso que aconteceu no contexto da virada do século XIX e início do século XX no Rio Grande do Sul. Nessa época de guerras civis, o estado viveu um processo conhecido como Revolução Federalista, sendo que o poder era disputado entre dois partidos, o Rio-grandense e o Liberal.

O cenário do Rio Grande do Sul, em 1923, será analisado através das pesquisas bibliográficas, para averiguar os fatos e compreender como esta Revolução chegou até o Tapir onde atuou a figura de Gaudêncio dos Santos - objeto central do nosso trabalho – sua passagem pelo norte gaúcho e como o seu “trabalho” irá contribuir para o entendimento tanto do banditismo social quanto da questão agrária do norte gaúcho.

Dentro do período revolucionário de 1923 consegue-se indagar como pode surgir em um povoado tão pequeno da região de Erechim, um forasteiro que ali se instala e passa a ser ao mesmo tempo temido, por ser um proscrito e líder de um grupo que contrariava o poder constituído e queria melhorar sua condição social através da luta tanto política quanto por terra.

O fenômeno do banditismo social tem o condão de surgir e, o que é particularmente interessante, tal categoria vai aparecendo ao longo da história em todos os cantos do mundo, trazendo:

o banditismo como fenômeno de massa pode surgir não só quando as sociedades sem classes opõem resistências à ascensão ou à imposição de sociedades de classes, como também quando as tradicionais sociedades de classes rurais resistem ao avanço de outras sociedades de classes, de outros Estados ou outros regimes rurais (por exemplo a agricultura sedentária contra o pastoreio nômade ou transumante) urbanos ou estrangeiros (HOBSBAWM, 2015, p. 23).

Nesse contexto é que a figura de Gaudêncio ganha evidência neste trabalho, primeiramente encontrada nos recortes de jornais, as quais o caracterizavam como revolucionário, junto de seu irmão Laudelino e seus companheiros maragatos atuando na Linha Tapir, região próxima a Erechim, localizada hoje entre os atuais municípios de São Valentim e Barão de Cotegipe, onde montou seu acampamento fazendo daquela região montanhosa o local de enfrentamentos com as forças do Governo, ocasionando medo a população que lá habitava.

Neste processo, os conflitos no campo passaram a ser largamente vistos como decorrentes de problemas sociais cuja causa maior era a posse da terra. Diante disso, este trabalho procura analisar o Rio Grande do Sul na segunda década do século XX elencando e caracterizando o banditismo social na figura de Gaudêncio dos Santos durante a Revolução de 1923.

A pesquisa começou a ser feita por causa da proximidade com o tema que já havia sido iniciado por uma colega que reside na cidade de São Valentim num Trabalho de Conclusão de Curso em História na Universidade Federal da Fronteira Sul. Por também morar na cidade, eu tinha proximidade com a aluna, minha colega e com o tema, daí, decidi abordar o caso mas por uma outra perspectiva, a do banditismo social.

O banditismo social é uma importante vertente historiográfica por permitir que se estude um período e um lugar através da centralidade de um bandido ou de um grupo. O banditismo social junta fatos locais com elementos mais gerais do processo histórico permitindo que se discuta no conjunto o contexto em questão.

Nesse estudo, iniciamos com a revisão de literatura, especialmente do trabalho mencionado (BALDIN, 2017) e daí montamos um projeto de pesquisa com referencial bibliográfico sobre o banditismo social. Junto com a revisão de literatura desenvolvemos pesquisa em arquivos públicos, o que, mesmo com a pandemia do COVID-19, conseguimos documentos importantes que analisamos ao longo do trabalho. Também realizamos entrevistas com antigos moradores da região que tiveram contato com personagens desse caso.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro irá discorrer sobre a vida de Gaudêncio dos Santos, analisado a certidão de casamento e o Processo de Execução Fiscal executado durante o ano de 1921 em Lagoa Vermelha, documentos que foram consultados junto ao Arquivo do Público do Estado. No mesmo capítulo, será discutida a questão da violência simbólica, econômica e ideológica, a importância da narrativa através da obra de Peter Burke, evidenciando teorias dos marginais encontradas em várias obras além de estabelecer uma conexão teórica do banditismo social em cima das ações de Gaudêncio dos Santos.

No segundo capítulo, após introduzir o epicentro deste trabalho que se volta ao banditismo social no norte gaúcho, abordaremos o contexto do Rio Grande do Sul no fim do século XIX e no início do século XX, apresentando um levantamento historiográfico político do período da República Velha e os movimentos de resistência no norte do Rio Grande do Sul.

Apresentaremos também, sucintamente a construção política rio-grandense a partir do ano de 1893 com a ascensão de Júlio de Castilhos à presidência do Rio Grande do Sul, estudada e explanada pelas autoras Ana Luiza Setti Reckziegel (2007), que apresenta na sua análise os impactos da Revolução Federalista de 1923, Claudia Wasserman (1983) que trabalha especificamente na sua obra a “Revolução Federalista” de um ponto de vista político institucional.

O castilhismo apresentado pelo autor Ricardo Velaz Rodrigues (2007), também terá a sua análise onde serão apresentados os núcleos ideológicos do castilhismo, positivismo e liberalismo e também uma análise do coronelismo rio-grandense apresentado pelo autor Gunter Axt (2007), bem como, a análise com a configuração o Partido Federalista exposta pelo autor Sérgio da Costa Franco (2007). Tudo isso como contribuição para entender o surgimento do processo no qual o banditismo social ganha proporções.

No terceiro capítulo será apresentada a dinâmica de ocupação territorial e socioeconômica através do uso de mapas da respectiva região; a economia, as ideologias em torno da Revolução Federalista na Colônia Erechim e a violência causada pelo banditismo na fronteira sul e na região de Erechim devido a Revolução Federalista de 1923. Serão utilizadas, além de fontes escritas, recursos de pesquisa oral. Será analisado a região de Erechim, localizada ao norte do estado do Rio Grande do Sul organizando um pano de fundo historiográfico para engajar e compreender os motivos que levaram Gaudêncio dos Santos a se aproximar dessa região e ser tachado como bandido pelo senso comum.

Essa terceira parte é completada pela discussão sobre a possibilidade de Gaudêncio dos Santos ser categorizado como um “bandido guerrilheiro”, proposto pelo aporte teórico do banditismo social exposto por Paul J. Vanderwood ao estudar a guerra civil mexicana na virada dos séculos XIX para XX. Utilizamos essas ideias fazendo uma adaptação frente à Revolução Federalista de 1923 através dos desdobramentos da ação de Gaudêncio dos Santos.

Nas considerações finais, retomamos elementos apresentados ao longo do trabalho e encaminhamos nossas conclusões sobre a pesquisa de forma a compreender a figura de Gaudêncio num contexto de guerra civil onde ao mesmo tempo em que luta contra o governo, procura resolver um problema pessoal de perda da sua terra.

1 GAUDÊNCIO: O HOMEM, O BANDIDO

O capítulo tem o objetivo de discorrer sobre o início da vida de Gaudêncio dos Santos, muitas vezes descrito como Gaudêncio dos Santos Carrão, como consta na sua certidão de casamento e no processo de execução fiscal o qual é o executado, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e em outras vezes como Gaudêncio Martins dos Santos como é apresentado no periódico “O Jornal”, do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1927. Especificamente neste trabalho será utilizado como nome principal do personagem Gaudêncio dos Santos como nomenclatura presente.

Este capítulo está dividido em dois subcapítulos. O primeiro evidenciando Gaudêncio dos Santos como sujeito, capaz de servir como avalista para uma instituição financeira mostrando então que é uma pessoa simples, pertencente a uma sociedade que está passando por transformações sociais, políticas e econômicas rio-grandenses no período pré-revolução Federalista de 1923. Ainda neste subitem serão introduzidos os motivos que teriam levado este sujeito ao banditismo.

O segundo subcapítulo aproxima a figura de Gaudêncio dos Santos das teorias do banditismo social elaboradas por teóricos renomados que escrevem sobre o tema como Eric Hobsbawm, Anton Blok, e Peter Singelmann. O objetivo deste subcapítulo é levantar, através de jornais, certidões de casamento e processos civis encontrados nas dependências do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, quem foi Gaudêncio dos Santos antes de adentrar ao banditismo mostrando a origem do homem e do bandido.

1.1 O homem Gaudêncio

Gaudêncio dos Santos era natural de Lagoa Vermelha - RS, filho de Layoo Carrao e de Sebastiana dos Santos, brasileiros, ambos de Lagoa Vermelha. Casou-se em junho de 1915 aos 28 anos de idade com Vittoria Tochetto, de 22 anos, filha de Angelo Tochetto e Carmélia Fusaro filha de descendentes italianos. O casamento acontece em Antônio Prado-RS e o motivo que leva a união matrimonial seria o “defloramento”. Em relação a isso, vale destacar que o defloramento é o ato sexual onde a virgindade é findada.

O defloramento ocorria quando o denunciado praticava forçosamente ou não o ato sexual com a sua “futura” esposa, antes dos atos cerimoniais de casamento. Também não havia uma definição entre defloramento e incesto defloramento quando praticado pelo pai da vítima não era visto como incesto. O crime era o mesmo sendo pai ou pretendente, geralmente namorado. Ao mesmo tempo em que a constatação de práticas como o incesto, o defloramento e o rapto de menores revelam, especialmente, o descaso familiar da época. O defloramento possuía dois fatores principais: primeiramente quando houvesse cópula carnal ou defloramento por meio natural, pênis ou membro viril com consentimento da mulher virgem isto é, sem violência; segundo a menoridade de dezessete anos (FLECK, 2077, 152).

Diante disso, supõe-se que Vitória Tocheto casou-se com Gaudêncio dos Santos ainda de menor e viveu ao seu lado até o fim da vida dele, tendo um filho juntos, Adeodato. Vale destacar que não foram encontrados mais registros de Vitória e de seu filho. Por esse documento, consegue-se identificar que o nascimento de Gaudêncio dos Santos deu-se no ano de 1887.

Na obra “Meu Erechim Cinquentão” escrito por Luiz Benjamim Busatto, Gaudêncio dos Santos é apresentado como

de estatura reforçada, amorenado, com barba pouca e rala, cabelo preto, liso. Devia ser descendente da nossa indiada charrua. Olhar vivo, esperto, sempre desconfiado, enxergando tudo, possuía visão fulminante do que se passava ao redor. Num golpe de vista penetrava no fundo da alma de quem se aproximasse. Sabia qualquer coisa de escrita e contas. E era inteligente. ***Não era de índole má. Não tolerava absolutamente o crime, nem a injustiça.*** Um buenacho enérgico. Sabia mandar e determinar. O ótimo serviço de patrulha de observação nos pontos mais indicados prova a capacidade de comando. Seu braço direito era Laudelino, irmão mais novo, solteiro. Mais delgado, de movimentos rapidíssimos, audaz e calmo ao mesmo tempo (BUSATTO, 1968, p. 21, *grifos nossos*).

Na Certidão de Casamento de Gaudêncio, encontramos na descrição do documento que o mesmo tinha como profissão a de jornaleiro. A referida profissão deve ser entendida como aquele que trabalha por jornada, o diarista de hoje, aquele que não necessariamente possui um emprego fixo. Daí, é possível pensar na linha do que Flores (2014) apresenta:

A qualificação desses réus nos leva a outra questão importante: o perfil desses homens que viviam de cruzar a fronteira atrás de sustento, sendo que, muitas vezes, suas estratégias incluíam cometer delitos. Roberto tinha 20 anos de idade, era solteiro e não tinha ocupação definida embora afirmasse ter

trabalhado recentemente com um tropeiro. Dionísio, por sua vez, tinha 22 anos também solteiro e se dizia jornaleiro, sendo que um dos últimos jornais para o qual foi contratado havia sido para tropear gado em Entre Rios (FLORES, 2014, p.111).

Em paralelo ao pensamento de Flores (2014), por mais que Gaudêncio dos Santos não se movimente corriqueiramente por fronteiras como os bandidos por ela estudados o mesmo possui as características apontadas sobre a mobilidade desses homens, ou seja, de não terem uma vida estável.

No caso de Gaudêncio, outra coisa apontada pela autora destaca este entre os demais.

Um determinado tipo de réu se destaca entre os demais: homens jovens, entre 20 e 35 anos, com leve superioridade de solteiros sobre casados e sem ocupação definida que se autodenominavam, em geral, jornaleiros. Deve se considerar ainda que esses jornaleiros, quer dizer, homens que trabalhavam em serviços variados por contratos de períodos curtos e/ou delimitados e, portanto, não mantinham relações fixas de trabalho e dependência, normalmente conseguiam esses contratos por jornal em ocupações ligadas aos serviços pecuários. Nesse sentido, mesmo declarando-se jornaleiros, é provável que suas aptidões profissionais fossem, na sua maioria vinculadas à lida com gado (FLORES, 2014, p.111-112).

Juntamente com a certidão de casamento de Gaudêncio dos Santos, encontramos no Arquivo Público do Estado Rio Grande do Sul, um processo de execução fiscal no qual ele é acionado pelo Banco Pelotense para sanar uma dívida em fora avalista para um cidadão de nome José Silva. Disto percebemos que Gaudêncio dos Santos servia como um indivíduo capaz de avalizar empréstimos de concessões territoriais e, um indivíduo possuidor de conhecimentos mínimos necessários exigidos pelas instituições financeiras.

No dia 10 de janeiro de 1921, o advogado Maurílio Alves Daniello protocola a petição a qual informa que:

O Banco Pelotense, com agencia nesta Villa vem por meio de seus representantes legais, requerer a citação de Gaudêncio dos Santos Carrão, residente nesta villa, para sua primeira audiência de juízo, vir reconhecer sua firma e obrigação de avalista, constante na nota promissória inclusa e para os demais termos da ação executam na forma dos art. 874 e seguintes do Código Proc. Civ. E Com. do Estado com pena de revelia (APERS, CX 9, f. 2, 1908).

O presente processo apresenta em audiência preliminar que Gaudêncio reconhece a sua assinatura na nota promissória mas não reconhece a obrigação de pagamento, não havendo acordo entre Gaudêncio dos Santos e o Banco Pelotense. Em doze de janeiro do ano de 1921 ocorre a primeira audiência onde as partes esclarecem diante do termo de audiência os seguintes fatos:

Audiência do dia doze do mez de janeiro do ano de mil novecentos vinte e um que ás dez horas na sala de audiência municipal desta Villa de Lagoa Vermelha o Sr. Maurilio Alves Daniello, Juiz Districtal, commigo escrivão de officio designado pela supreição do respectivo escrivão, sendo a mesma aberta pelo official de justiça Salvador Antonio do Amaral servindo de ponteiro. Audiência Commercial: Compareceu o advogado Macedônio Rodrigues da Silva e disse que por parte do Banco Pelotense na acção executiva que promove contra Gaudêncio dos Santos Carrão acusava a citação feita pra nesta audiência reconhecer sua firma e obrigação, constante na nota promissória, de folhas quatro, como avalista. Requeria portanto que de baixa de pregão se houvesse a citação que por feita e acusada e caso não compareça o executado, fique reconhecimento esperado para a primeira audiência do júzo, na forma do art. 874, do Cod. Do Proc. Civ. E Comm do Estado. O que ouvio pelo juiz mandou apregoar dando o official sua fé de haver comparecida ***o citado a quem foi concedida a palavra e disse que reconhecia a firma, mas não a obrigação como em tempo provará.*** Pediu a palavra novamente o representante do Banco Pelotense e lhe sendo concedida disse que assignado o prazo de vinte e quatro horas, para o executado pagar ou nomear bens a penhora, ficando desde já citado por todos os termos da execução na forma do art. 876 do Cod. Do Proc. Civ. E Comm sob pena de revelia. O que ouvido pelo júzo deferiu o pedido assignado se o prazo de vinte e quatro horas. Dada a apalavra ao advogado José Rodrigues de Lima, disse por parte de seu constituinte D. Victoria Carrão, esposa do executado exhibindo a procuração para ser juntada aos autos, se lhe de vistas as mesmas para embargos de terceiros prejudicando na presenteacção executada na vida a seu marido pela agencia do Banco Pelotense nesta Villa e desde já oferece os artigos de opposição e requer seja juntado aos autos para fins de Direito. O que ouvido pelo juiz mandou se juntasse aos autos os documentos e que os autos lhe fossem colados com urgência. E como nada mais houvessem foi requerido. Mandou o Juiz encerrar a audiência e assinar este termo com as partes e o ponteiro. Eu Slakiel Pires de Araujo, escrivão designado, escrevi e assignei. Maurilio Alves Daiello, Macedonio Rodrigues da silva, Gaudêncio dos Santos Carrão, José Rodrigues de Lima. Salvador Antonio do Amaral. Era o que se continha e que vem e fielmente extrahi e dou fé (APERS, CX 9, f. 7-8, 1908, *grifos nossos*).

Percebe-se que Gaudêncio dos Santos é um sujeito comum de sua época, uma pessoa com quesitos básicos para vivê-la em sociedade capaz de se inteirar do dinamismo político a qual pertencia em seu tempo. Não conseguimos encontrar o desfecho do processo, o documento de execução que comprovaria a perda da terra. Fato é que em 1924, passados oito anos desde seu casamento e três desde a audiência que apontara para a execução do seu patrimônio como

pagamento de dívida da qual fora avalista, Gaudêncio dos Santos, está nas fileiras maragatas, participando do atentado à prisão de Erechim-RS durante o governo do Intendente Municipal de Erechim, Coronel Pedro Pinto de Souza. Conforme aponta Ducatti Neto (1981), os bandoleiros invadiram a cadeia da vila libertando o filho do Revolucionário Favorino Mariano Pinto, o detento Heraclides Pinto.

Ao ingressar nas forças rebeldes, supõe-se, então, que Gaudêncio dos Santos e sua esposa Vitoria não detinham mais a suposta propriedade a qual servira de garantia à sua avalia, o que nos leva a pensar que pode Gaudêncio ter entendido nessa revolta civil uma possibilidade ou alternativa de reaver algum patrimônio já que que o Banco Pelotense provavelmente tomou a sua terra.

Sobre o assalto à cadeia de Erechim, Ducatti Neto (1981) aponta que a invasão l nada mais foi do que a tentativa do grupo de Gaudêncio em aumentar o efetivo de seu grupo, para prevenir-se de supostas perseguições. Segundo o autor:

parece evidente que o assalto à cadeia civil constitui apenas, um pretexto para a criação de um corpo provisório, pois, na verdade o município não vivia em completa paz. O tratado de Pedras Altas não apaziguara os espíritos como era de esperar. Embora inspirado e elaborado pelo chefe da revolução, referido tratado não satisfiz as aspirações de muitos caudilhos, cujo desejo era verem o Dr. Borges afastado do governo. Tanto isso é certo que Gaudêncio dos Santos, para precaver-se contra prováveis perseguições da parte dos borgistas, resolveu não entregar as armas em seu poder, recolhendo-se com elas em Sarandi, então município de Passo Fundo (DUCATTI NETO, 1981, p. 132).

Ainda de acordo com Ducatti Neto (1981), em 1925, após Gaudêncio dos Santos não querer entregar as armas, ele se torna perante o Estado um criminoso que atua às margens da lei. Gaudêncio dos Santos, agora tipificado legalmente como bandido, foge para Sarandi-RS e lá é perseguido pelas forças governamentais e surpreendido pelo legalista Paulo Amaro e seus homens, matando três dos quatro atacantes e buscando refúgio em Quatro Irmãos-RS, na região de Erechim.

Após a fuga de Gaudêncio dos Santos para Quatro Irmãos, o mesmo autor aponta que o bandoleiro teria se encontrado com Zeca Neto e Honório Lemes, ambos chefes revolucionários que exigiam a saída de Borges de Medeiros do governo e que pediam a Gaudêncio que se unisse às forças armadas para então depor o presidente. Gaudêncio, provavelmente cansado das perseguições e emboscadas que lhe eram impostas, se recusa a participar das forças armadas de

Zeca Neto e Honório Lemes e procura fazer um acordo com o Governo para depor suas armas em troca de um pedaço de terra.

Pelo acordo então firmado com o chefe rebelde, o Governo do Estado comprometeu-se a dar ao grupo de Gaudêncio dos Santos uma gleba de terras na região do Tapir para lá se estabelecerem e trabalharem. Parecia – assim e o estava de fato – normalizada a situação e garantida a paz (DUCATTI NETO, 1981, p. 133).

O acordo foi selado e a Gaudêncio e seu grupo fora prometido um pedaço de terra na região do Tapir, atualmente pertencente ao município de São Valentim-RS. É possível perceber na imagem o relevo ondulado dessa parte da Colônia Erechim. A área é difícil para a agricultura ao mesmo tempo que favorece a resistência dos bandidos sociais.

Figura 1 – Região do Tapir onde teria sido o acampamento de Gaudêncio e seu bando



Fonte: Arquivo do Autor.

Por mais que Antônio Ducatti Neto (1981) relate que a paz estava estabelecida, difere de sua colocação o polonês Roman Wachowicz (2011) na sua obra “*Maragatos: relatos históricos ocorridos no Rio Grande do Sul nos anos de 1923-1927*”, em que descreve Gaudêncio dos Santos, quando acampado na Região do Tapir como um “perigoso assassino” que vivia se aproveitando das famílias e dos índios que lá tinham residência. Segundo o autor,

Gaudêncio atacava as famílias e tirava tudo o que tinham. Bem colocado, o caboclo conhecia tudo e todos naquela região. Tinha muitas mulas que nunca comprou. Transportava feijão, milho e miudezas. Trazia em troca algo de comer e algumas roupas para a beira do rio Paloma. Alguns imigrantes poloneses começaram a progredir. Alguns cansados de trabalho duro, sem ter certeza de colher algo, abandonavam e fugiam para a próxima cidade (WACHOWICZ, 2011, p. 95).

Conforme aponta Roman Wachowicz (2011), Gaudêncio dos Santos se aproveitava das famílias locais, efetuava saques, roubos e extorsões. Uma vez, relata o autor, Gaudêncio dos Santos se moveu através de piquetes até a região do Rio Paloma, rio este que cruza a localidade do Tapir (entre os municípios de Barão de Cotegipe e São Valentim) com a região de onde hoje é o município de Itatiba do Sul. Ao chegar no seu destino, Gaudêncio dos Santos se depara com um moinho da família Jurkoski, de origem polonesa. Salienta Wachowicz (2011), que Gaudêncio e seu bando exigiram do proprietário todo o dinheiro e o produto. Mesmo o proprietário afirmando que só havia a quantia de cem mil reis, Gaudêncio dos Santos saqueou todo o local, destruiu o moinho e raptou o genro do dono do moinho e com sangue frio amarrou um saco na cabeça do genro do moleiro, o senhor Martins, e o jogou nas águas do Rio Paloma:

Amarraram o genro do Jurkoski e levaram para a beira do rio Paloma. Gaudêncio trouxe o Jurkoski, amarraram-no em uma árvore para ser testemunho do que iria acontecer com o genro dele e deu ordens que o desamarrassem para ver se sabia nadar. Começaram a embalar segurando mãos e pés e o jogaram no rio. O jovem Martin já pensava como aguentaria sem fôlego dentro d’água e jurou vingança se saísse com vida. Jurkoski estava tenso e o rosto dele começou a avermelhar, desejava se livrar, mas sem conseguir, o desejo de vingança tomou conta do coração dele. Nunca vou perdoar, pensava Jurkoski se eu puder me livrar. Nisto o Gaudêncio mandou jogar o corpo do Martin no rio. O genro do moleiro desapareceu dentro d’água. O jovem Martin deu um mergulho e saiu no meio do rio e foi nadando para o outro lado, no meio começaram as ondas que levava, e ele se defendia como podia. Quando recobrou um pouco de fôlego e foi se aproximando do outro lado do rio, Gaudêncio pegou na carabina e desfechou um tiro na cabeça do infeliz Martin e a cabeça desapareceu deixando manchas de sangue. Jurkoski vendo tudo aquilo parecia sonhar. Baixou a cabeça e alcançou o laço duro que estava

amarrado. Tentou cortar com os dentes, então começou a sair sangue dos lábios, que escorria até os pés. Sentou-se na terra onde aconteceu o terrível assassinato. Terra rica onde criou sua família, na beira deste rio. Lá nasceram os filhos dele, cresceram e encontraram a infelicidade. Sem culpa, caíram nas mãos dos assassinos. O pobre do Martin ficou sepultado no fundo do rio Paloma e vai murmurar pela eternidade, silencioso pelos tempos de seca e alto nos tempos de chuvas. O direito pelo amor da terra pagou com o próprio sangue inocente (WACHOWICZ, 2011, p. 97).

Mesmo que se saiba que a parte sobre as reações do sogro sejam muito mais coisa do narrador da passagem do que um fato histórico, a passagem permite perceber claramente que por mais que Gaudêncio dos Santos tenha sido apontado como um líder maragato federalista e, de acordo com Busatto (1968), ser contra o crime, Gaudêncio dos Santos também seria capaz de atrocidades na região do Tapir. Gaudêncio usava da violência como um meio de impor respeito e mostrar a seu bando que a mentira contada a ele seria algo que traria severas consequências, por mais que o Jurkoski falasse a verdade, valeria a interpretação de Gaudêncio, e nesse caso em específico, a mentira foi considerada pelo bandido e não a verdade.

Gaudêncio dos Santos, o temido bandido do Tapir, o corajoso líder maragato da Vila Floresta, como era conhecido a região a qual pertencia o Tapir, é também o homem que não tolerava injustiças, usufruía junto de seu bando de táticas que muitas vezes assustava todos os moradores da redondeza e sabia muito bem quem atacar, onde atacar e os motivos de seus ataques. Escolhia com cautela o melhor lugar para fazer suas investidas. As atrocidades cometidas por Gaudêncio no moinho dos Jurkoski teriam se dado pela localização comercial que estava o moinho e pelo movimento considerável de comerciantes e colonos que levam seus produtos para a venda, conforme a narrativa do mesmo autor:

Perto da vertente do Paloma moravam os poloneses, já bem arrumados, eram Jose Zselag, Jam Szymacha, Jadedzak Tartas, Jadczar Biedacha, Zuk Socruk e Shule. Na divisa de Tapir e Paloma morava Wojciech Jorkoski, baixo, mas bem instruído homem. Tinha pequenos olhos, redondos e frios, diziam de grande coragem. A terra era fértil, tudo o que plantava crescia vigoroso, mas os papagaios, macacos e porcos selvagens se associavam em todas as plantações. Depois de construírem a estrada de ferro, Jurkoski decidiu construir um moinho aproveitando uma pequena cascata do rio Paloma. Há muitos anos sonhava em construir um moinho lá. Tinha grande movimento de carroças, chegando e saindo. Ele tinha muita farinha, um verdadeiro produtor de farinha. Os colonos tinham pão com mel porque lá e a terra era fértil, tudo o que se plantava dava bom resultado (WACHOWICZ, 2011, p. 97).

A fama do líder maragato Gaudêncio dos Santos começa, então, a ser difundida na região de Erechim. O *Jornal Bom Vista de Erechim* trazia em manchete, que o temido Gaudêncio dos Santos seria o responsável também pela organização das forças contra o governo de Borges de Medeiros.

Com base nestes apontamentos feitos pelos estudiosos que analisaram esse período, em nossa região, nota-se que o avançar da revolução e da passagem de Maragatos e Chimangos na região do Tapir, estaria atrelada a figura de Gaudêncio dos Santos, líder maragato. O *Jornal de Notícias de Porto Alegre*, no ano de 1927, aponta de maneira breve, os antecedentes de Gaudêncio dos Santos, como revolucionário (JORNAL BOA VISTA DE ERECHIM, 1927, nº 35).

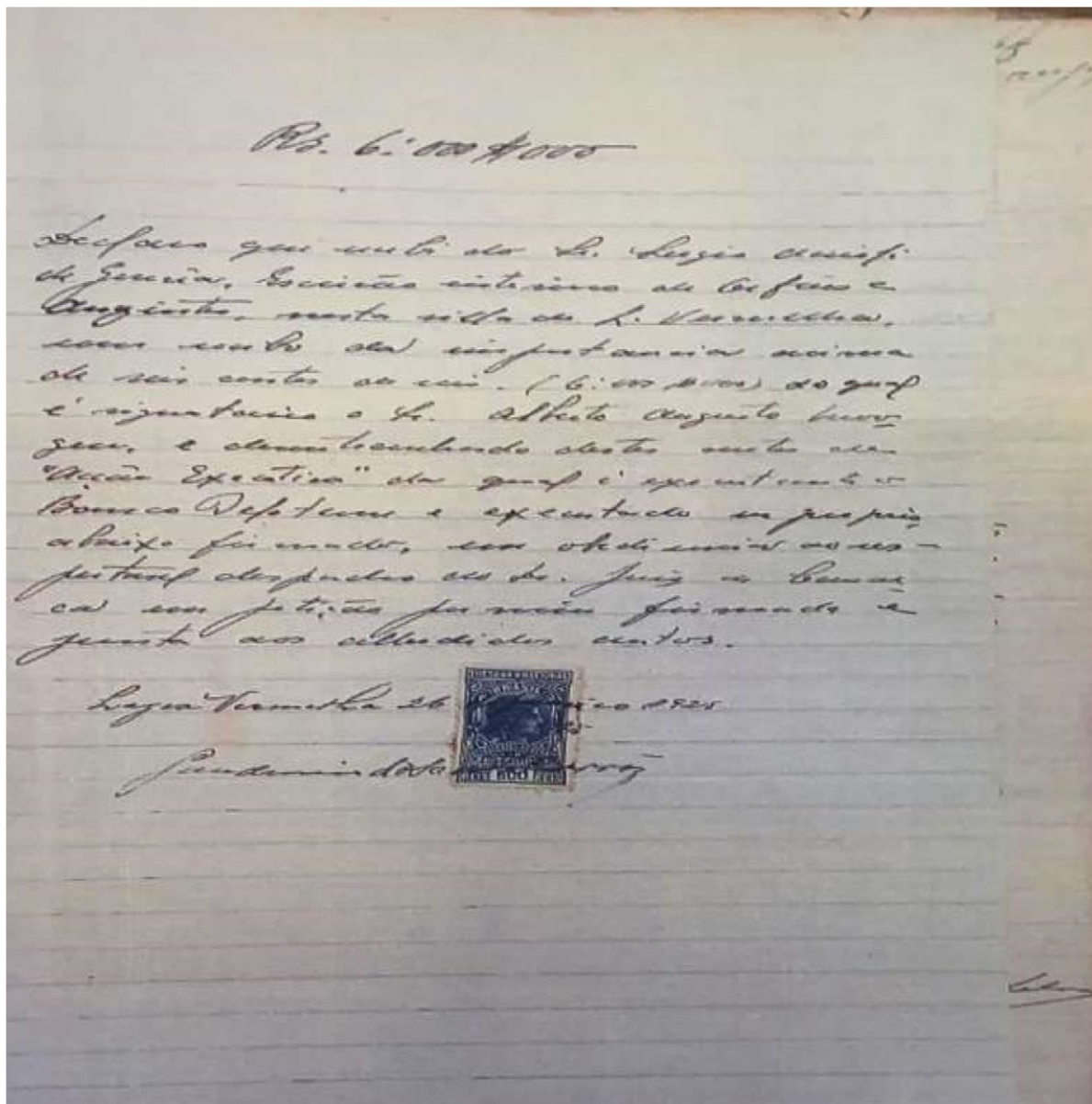
Necessário pontuar a situação do povo gaúcho nessa época, com a disputa entre Maragatos e Chimangos e a migração do campo para cidade, pois a produção agrícola passava por um processo de mecanização. Segundo Weiss (2013), a plantação de arroz que era a principal economia agrícola estava usando máquinas. Isso dispensou a mão de obra porque antes o arroz era cortado à foice, exemplifica. Não havia casas nem escolas para tanta gente, que passava a ocupar espaços nos arrabaldes das cidades. A área da educação não era nada animadora: 64% da população gaúcha era analfabeta.

Voltando a discussão para a região de Erechim, especialmente o Tapir, podemos perceber que a vida no campo estava difícil para os colonos que lá residiam e sofriam com a interferência dos bandidos acampados na região. Já do lado do grupo de Gaudêncio, o *Jornal Diário de Notícias* de Porto Alegre traz uma carta escrita em 6 de fevereiro de 1926 onde ele explica a situação que ele e seus companheiros estavam vivendo:

Sou forçado a vir a presença dos dignos amigos, por motivos que muito interessam a união e a concórdia do povo de Erechim, mesmo para evitar explorações que se fazem em torno do meu obscuro nome e de humildes companheiros. Já disse uma vez quando aqui veio o dr. Amynthas Maciel, que ficávamos certos de não sermos mais perseguidos, e que a minha força se ia dissolver, sem outra preocupação, de todos os seus membros, do que a volta ao trabalho e ao lar. Infelizmente, não podemos viver ainda sem alguma cautella e por isso nos conservamos mais ou menos aproximados. A nossa gratidão pelo govêrno é grande, porque afinal, além das garantias que elle nos prometteu, entregou-nos terras onde pudéssemos nos entregar ao trabalho agrícola In: (JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 1926, nº 294).

Abaixo segue o documento na versão original:

Figura 2 – Declaração de Gaudêncio



Fonte: APERS, CX 9, F14, 1908.

Gaudêncio dos Santos passa por períodos conflitantes, tanto em sua vida particular, como consta no Processo de Execução Fiscal que o Banco Pelotense executa contra ele, quanto em sua vida social ao se fazer participante das forças revolucionário sob o comando do General Felipe Nery Portinho durante o conflito político do Rio Grande do Sul na segunda década do século XX.

Disso que apresentamos nessa parte do trabalho, podemos dizer que Gaudêncio dos Santos, um homem comum, que se achava injustiçado pelo Banco Pelotense que o executou para cobrar uma dívida de avalista fazendo-o pagar as custas de um processo, impele Gaudêncio dos Santos a se lançar ao banditismo. Para isso o próximo subcapítulo procurará teorizar o banditismo social para alinhar teoricamente esta discussão.

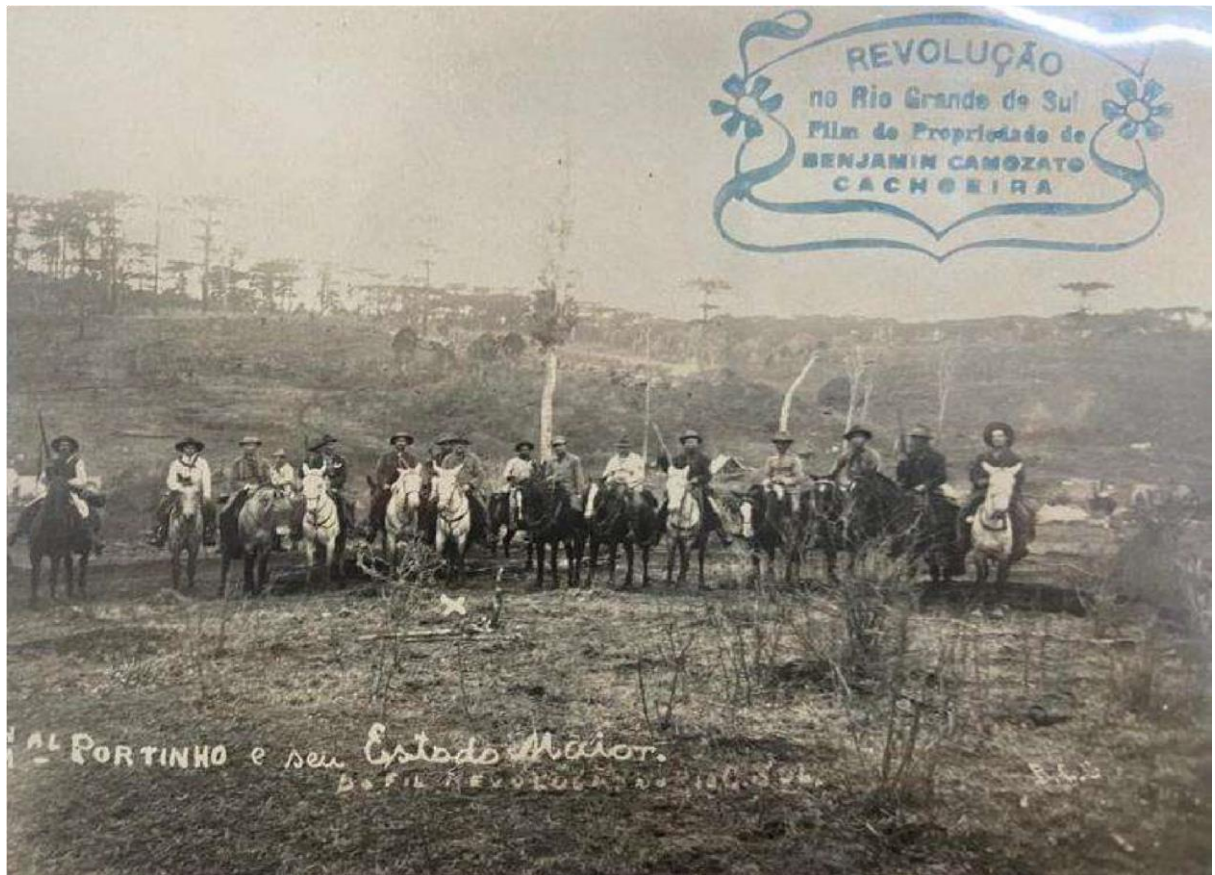
1.2 As vertentes teóricas do banditismo social

Então, na primeira parte deste capítulo procuramos mostrar como Gaudêncio dos Santos era um homem normal, trabalhador jornaleiro, com alguma posse, casado, que teve sua terra perdida por causa de uma execução financeira feita por um banco, o que ajuda a explicar os motivos que teriam levado Gaudêncio a entrar no banditismo.

O banditismo social é tema complexo, tendo diferentes categorias e acontecendo em diferentes partes do mundo de acordo com a situação de cada lugar. Neste subcapítulo buscamos apresentar os aportes sobre o banditismo social que ajudam a entender Gaudêncio em termos teóricos. Buscaremos apresentar uma linha de pensamento da História dos Marginais apresentada por Jean-Claude Schmitt e relacionar com obras de autores como Eric Hobsbawm, Anton Block, Billy Jaynes Chandler, Peter Singelmann e Paul Vanderwood, autores que estudam o banditismo social.

Posteriormente, apresentados os escritos sobre o banditismo, propõem estabelecer uma conexão teórica do banditismo social e as ações de Gaudêncio dos Santos. O objetivo deste capítulo é propor a teorização do conceito de banditismo e a aproximação de Gaudêncio dos Santos a este trabalho, para tanto o subcapítulo anterior que mostra a vida do proscrito e junto da mesma agora será aproximado o bandido da teoria do banditismo social que objetiva atender o processo no conjunto da obra.

Figura 3 – General Portinho e seu Estado Maior



Fonte: AHRS Pasta 13 – Envelope17.

O bandido social pode ser estudado partindo de uma abordagem mais ampla, a história dos marginais. Schmitt (1990, p. 263) afirma que a palavra marginal “evoca o poderoso movimento de contestação”, atingindo o *status quo* da sociedade ocidental. Marginal seria aqueles que vivem as margens do espaço voltado à economia capitalista, estabelecendo fronteiras internas entre os indivíduos que vivem no mesmo território. O autor coloca que primeiramente pode-se estabelecer como marginal primitivo os pastores, o que permite fazer uma aproximação com a vida no interior da colônia de Erechim, especialmente onde Gaudêncio se encontrava, região de relevo ondulado e acesso dificultado:

também aí se anima toda uma vida marginal: a dos pastores que levam os rebanhos dos aldeões, mas cujo isolamento prolongado, a companhia exclusiva de seus animais e o conhecimento de um saber de que os demais são excluídos evoluem de um halo de mistério e levam a comportamentos anormais: no início do século XIV, entre a Catalhunha, a alta Ariège e o Roussilion, os pastores divulgam, ao ritmo de chocalhos e dos passos das ovelhas, a heresia dos

cátaros. Em sua vida sexual, os homens também se adaptam à sua solidão: até a época do “Pai patrão” na Sardenha Contemporânea, a “bestialidade” é seu maior pecado (SCHMITT, 1990, p. 267).

Em continuidade a este pensamento, Schmitt (1990) coloca que o bandido social, em comparação com o bandido nobre proposto por Eric Hobsbawm (2015), seria aquele que vinga os pobres e oprimidos, característico do fim do período feudal indo contra as concepções capitalistas estabelecidas no ocidente. Este bandido advém da opressão do Estado frente a questões de terras que ameaçam pequenos produtores e civis do campo.

Contudo esses são os únicos rebeldes de todos os camponeses a possuir dinheiro e poder, o que os leva necessariamente a pactuar com os negociantes, os grandes proprietários, as classes possuidoras, cujas as próprias organizações clandestinas logo os “recuperam”. O vingador dos pobres tornase o homem da ação dos “*maffiosi*”: como Salvatore Giuliani, há apenas trinta anos, ele tem um dia de atirar nos camponeses, antes de ser, por sua vez, abatidos por aqueles que o utilizam (SCHMITT, 1990, p. 267).

Para Schmitt (1990) concomitante à Hobsbawm (2017), os bandidos, marginais foras da lei, são sujeitos históricos esquecidos, ou seja, somente os historiadores que trabalham a marginalidade conseguem resgatar através da narrativa a memória destes personagens considerados pela classe capitalista dominante como “vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias ou prostitutas” (SCHMITT, 1990, p. 268). O autor ainda coloca que o historiador ao trazer de volta estes marginais, se utiliza de fontes advindas de arquivos presente no centro e não das margens.

Na obra “Bandidos”, de Eric Hobsbawm (2017), o historiador britânico coloca o banditismo social como um fenômeno de resistência camponesa classificando o devido termo em três tipos: o bandido nobre, o bandido vingador e os *haiduks*¹. O primeiro se aproxima da figura de Robin Hood, aquele que tira dos ricos e dá aos pobres. O segundo é o tipo de bandido que por onde passa deixa a marca de seu ódio e sua ordem pessoal. Já o terceiro, o autor considera como o bandido que busca barrar o sistema econômico vigente da sua época, muitas vezes, como guardiões de locais fronteiriços, combatentes a serviço de senhores rurais, em troca de reconhecimento como homens livres.

¹ Os *haiduks*, como o próprio Hobsbawm (2017, p. 98) coloca, são “uma forma coletiva daquela dissidência camponesa individual” e a palavra de origem possui um sentido original de “tropeiro de gado”.

Para tanto, o banditismo compreende uma forma de protesto primitivo, apoiado nas bases historiográficas produzidas em cima de relatos policiais regionais, pelo poder judiciário, relatos estes encontrados onde havia população pobre, poucos latifundiários, população explorada e acima de tudo, nas regiões onde a ausência do Estado e a sua inoperância eram evidentes. De maneira ampla, o bandido social compreende:

proscritos rurais que o senhor e o Estado encaram como criminosos, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, que os considera heróis, campeões, vingadores, pessoas que lutam por justiça, talvez até mesmo vistos como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados (HOBSBAWM, 2015, p. 36).

Hobsbawm (2015) observa a evolução dos movimentos de resistência social que se fizeram crescentes no decurso dos séculos XIX e XX, surgidos quer de um apelo messiânico tal como as revoluções protagonizadas por líderes milenaristas (vide, no território brasileiro, Antônio Conselheiro) —, ou por bandoleiros armados que se levantaram das camadas rurais mais pobres contra as autoridades locais, agentes de um Estado vigente.

Hobsbawm (2017) afirma ainda que o banditismo desafia a ordem econômica, a lei e o controle de recursos, contudo, o banditismo não pode existir fora das ordens socioeconômicas e políticas. O autor inaugura os estudos de uma nova categoria social: os bandidos sociais. Não são apenas delinquentes comuns que cometem crimes para seu próprio proveito. O banditismo social é um fenômeno relacionado às sociedades camponesas pré-capitalistas e que costumam se acentuarem em momentos de desagregação, como guerras, rivalidades locais relacionadas a disputas familiares, a fome ocasionada por más colheitas ou mesmo o próprio desenvolvimento do capitalismo com a consolidação de Estados Nacionais e a modificação forçada dos modos de vida milenares, incluindo a desintegração familiar.

Diante de tais condições objetivas, o fenômeno do banditismo social tem o condão de surgir e, o que é particularmente interessante, tal categoria vai aparecendo ao longo da história em todos os cantos do mundo.

O banditismo como fenômeno de massa pode surgir não só quando as sociedades sem classes opõem resistências à ascensão ou à imposição de sociedades de classes, como também quando as tradicionais sociedades de classes rurais resistem ao avanço de outras sociedades de classes, de outros Estados ou outros regimes rurais (por exemplo, a agricultura sedentária contra

o pastoreio nômade ou transumante) urbanos ou estrangeiros (HOBSBAWM, 2015, p. 2).

Quanto aos seus pressupostos teórico-metodológicos, Hobsbawm certamente recorre a uma percepção crítica baseada no materialismo histórico e dialético: não há na sua narrativa uma mera exposição sucessiva de fatos, mas um esforço em busca de sentido do processo histórico através de uma análise que busca sempre interpor o tema principal (o banditismo social) com sua contextualização histórica fundamental (as sociedades camponesas précapitalistas, embora isso tenha lhe rendido críticas) e suas interfaces econômicas e políticas. Há, portanto, uma busca de sentido da história, donde o historiador não faz mera reportagem do passado, mas busca compreendê-lo através de suas contradições.

Eric Hobsbawm, (2015) considera o banditismo como um fenômeno universal, encontrado em todas as sociedades baseadas na agricultura onde a população é formada por camponeses e trabalhadores sem terras, são oprimidos e explorados por alguém: por senhores, cidades, governos, advogados ou até mesmo bancos.

Ainda de acordo com Hobsbawm (2015), a transformação do bando em revolucionário se dá por dois motivos, o primeiro é o momento em que o bandido se torna um símbolo de resistência contra a ordem capitalista estabelecida, o segundo é quando o banditismo se funde a um movimento de maior escala e proporção.

Contudo em relação à violência exposta pelo banditismo, o historiador britânico esclarece que:

a violência excessiva e a crueldade são, portanto, fenômenos que só coincidem com o banditismo em certos pontos. Não obstante, são suficientemente significativos para exigirem alguma explicação *como fenômeno social*. (o fato de um ou outro bandido ser psicopata é irrelevante; a rigor, é improvável que muitos bandidos rurais sofram perturbações psicológicas” [...] os bandidos vivem de amor e de medo. Inspirar apenas amor é fraqueza. Quando inspiram apenas medo são odiados e não tem quem os ajude. Em outras palavras, até mesmo o melhor bandido deve demonstrar que pode ser terrível. A segunda explicação é a de que a crueldade é inseparável da vingança, sendo esta uma atividade inteiramente legítima para o mais nobre dos bandidos (HOBSBAWM, 2015, p. 89-90).

Encontramos na teoria de Hobsbawm uma possibilidade primeira de aproximação de Gaudêncio dos Santos ao banditismo social, voltado à segunda categoria do banditismo de Hobsbawm que o coloca como bandido voltado à semelhança do bandido revolucionário, pois, Gaudêncio luta contra a elite local de seu tempo dentro de uma perspectiva particular voltada à conquista de um pedaço de terra para ele e sua família, usufruindo da revolta armada federalista do Rio Grande do Sul, com o objetivo de buscar um lugar no espaço para ele e sua família. Mas essa perspectiva apontada por Hobsbawm se mostra incompleta para o caso quando consideramos a parte em que Gaudêncio age contra os camponeses, como foi no caso da família do dono do moinho.

Isto posto, é interessante o reporte à outra percepção distinta de banditismo proposto por Eric Hobsbawm (2015). Anton Blok, escreve para a Universidade de Amsterdã um artigo intitulado *The Peasant and the Brigand: Social Banditry Reconsidered*, expondo uma análise crítica acerca do termo do banditismo social proposto por Hobsbawm. Blok (1972) afirma em relação às formas de banditismo proposta por Hobsbawm, que essas expressam demais o descontentamento popular, deixando pouco espaço para uma análise mais abrangente e necessária.

Para Blok (1972), o banditismo é muito mais do que uma fonte de protesto popular, considerando falho o modelo apresentado por Hobsbawm, o autor afirma que:

É minha opinião que o banditismo envolve muito mais do que apenas o fato de poder expressar protesto popular. Embora Hobsbawm mencione vários outros aspectos do banditismo, seu modelo falha em levar em conta essas complexidades, e até mesmo as obscurece, porque ele insiste na interpretação de novos dados em termos de seu modelo original. Esta revisão tenta explorar o modelo do bandido social como um tipo especial de protesto e rebelião camponesa. Argumentarei que o elemento do conflito de classes, conforme incorporado em certas formas de banditismo, recebeu ênfase indevida. Em vez de verdadeiros campeões dos pobres e fracos, os bandidos frequentemente aterrorizavam aqueles de cujas próprias fileiras eles conseguiram subir, e assim ajudaram a suprimi-los. A posição frequentemente ambígua dos bandidos pode ser compreendida quando apreciamos a importância dos vários laços que unem a comunidade camponesa à sociedade mais ampla. Da mesma forma, a distinção entre grupos de referência diretos e construídos pode ajudar a explicar por que camponeses e românticos (incluindo alguns de nós) se entregam a uma imagem idealizada do bandido rural como um vingador da injustiça social, apesar das evidências óbvias em contrário. A presente discussão pode

contribuir para uma compreensão mais adequada da mobilização e dos movimentos camponeses (BLOK, 1972, p. 496)².

A ideia de banditismo proposta por Anton Blok obstrui e desvia a ação camponesa e não necessariamente promove articulação dos interesses camponeses, fazendo isso por meio da violência e intimidação, ou seja, o banditismo tende a impedir a mobilização camponesa em grande escala. É devido a esses impedimentos, segundo ele, que os habitantes camponeses barganham com os bandidos, apenas para ficarem em paz com eles.

Hobsbawm está ciente dessas variedades e complexidades, mas não tenta explicá-las. Seu principal interesse é o protesto social: 'Embora na prática o banditismo social nem sempre possa ser claramente separado de outros tipos de banditismo, isso não afeta a análise fundamental do bandido social como um tipo especial de protesto e rebelião camponesa (BLOK, 1972, p. 497).³

Blok (1972) ainda coloca que o erro de Hobsbawm em sua construção sobre o banditismo é a atenção que o historiador britânico dá aos camponeses, antes mesmo de olhar para a sociedade que estes pertencem, as autoridades locais e autoridades do Estado e esquece de ter em mente que os bandidos dependem de outras pessoas além dos camponeses e pobres.

Hobsbawm (2015) defende que os camponeses devam possuir uma liderança, um líder em especial, para defender seus interesses, e coloca o bandido como um defensor dos camponeses. Contrariando esta perspectiva, Blok (1972) afirma que os bandidos já de início, no encontro com as classes pobres e camponesas, suprimem de primeira mão a ação camponesa por meio do terror:

Quando os bandidos assumem a retenção (em tempo parcial ou integral), eles servem para prevenir e suprimir a mobilização camponesa de pelo menos duas

² It is my contention that there is much more to brigandage than just the fact that it may voice popular protest. Though Hobsbawm mentions several other aspects of banditry, his model fails to account for these complexities, and even obscures them, because he insists on the interpretation of new data in terms of his original model. This review attempts to explore the model of the social bandit as a special type of peasant protest and rebellion. I shall argue that the element of class conflict as embodied in certain forms of banditry has received undue emphasis. Rather than actual champions of the poor and the weak, bandits quite often terrorized those from whose very ranks they managed to rise, and thus helped to suppress them. The often ambiguous position of bandits may be understood when we appreciate the significance of the various links that tie the peasant community to the larger society. an avenger of social injustice, in spite of the obvious evidence to the contrary. The present discussion may contribute to a more adequate understanding of peasant mobilization and peasant movements.

maneiras: primeiro, reprimindo a ação camponesa coletiva por meio do terror; segundo, abrindo caminhos de mobilidade ascendente que, como muitos outros laços verticais nas sociedades camponesas, tendem a enfraquecer as tensões de classe. Embora os bandidos sejam, portanto, essencialmente conservadores, politicamente falando, não há menos circunstâncias específicas nas quais eles podem se tornar eficazes na destruição de um regime estabelecido. É mais provável que isso aconteça quando eles podem contar

com um poder rival promissor que questiona a estrutura de poder existente. Os bandos armados que ajudaram Garibaldi a desestabilizar o governo Bourbon na Sicília em 1860 são um exemplo do papel estratégico que os bandidos podem cumprir em grandes convulsões. Mesmo assim, no entanto, os bandidos podem causar constrangimentos, uma vez que podem simplesmente se dissolver, mudar sua lealdade na ocasião ou deixar de compreender a situação em um contexto mais amplo (BLOK, 1972, p. 500)³.

O conceito de bandido social de Hobsbawm, para Anton Blok (1972), é um conceito controverso, pois, o bandido social bem-sucedido é aquele que evolui da pobreza para a riqueza. Concluindo, o protesto social do banditismo de Hobsbawm se concentra no mito, o mesmo mito que constrói o bandido. Já a proposta de Blok (1972) é que o bandido social se constrói com a necessidade de os bandidos fazerem acordos tanto com os camponeses, mas também e principalmente com senhores de terras, a nobreza e as forças do Estado.

Por fim, o mito do bandido social representa para Blok um indivíduo que busca honra e poder, e quando aliado de senhores de terras e forças do Estado, convertem-se em opressores do campesinato.

O elemento de protesto social se expressa no mito, que assim se constrói em torno do bandido. Esse processo, ou pelo menos parte dele, é retratado com muita habilidade e grande sutileza no filme Salvatore Giuliano (1962) de Francesco Rosi, no qual vemos surpreendentemente pouco do próprio bandido.

^{3 3} Hobsbawm is aware of these varieties and complexities, but he does not attempt to account for them. His prime interest is social protest: 'Though in practice social banditry cannot always be clearly separated from other kinds of banditry, this does not affect the fundamental analysis of the social bandit as a special type of peasant protest and rebellion' (1969: 33).

When bandits assume retainership (either part time or full time) they serve to prevent and suppress peasant mobilization in at least two ways: first, by putting down collective peasant action through terror; second, by carving out avenues of upward mobility which, like many other vertical bonds in peasant societies, tend to weaken class tensions. Though bandits are thus essentially conservative, politically speaking, there are none the less specific circumstances under which they may become effective in destroying an established regime. This is most likely to happen when they can rely on a promising, rival power which questions the existing power structure. The armed bands who had helped Garibaldi to unsettle Bourbon government in Sicily in 1860 are an example of the strategic role which bandits may fulfil in major upheavals. Even then, however, bandits may provide embarrassments since they may simply dissolve, change their allegiance upon the occasion, or fail to understand the situation in a wider context.

Na verdade, a própria ausência física de bandidos na vida cotidiana comum facilita a formação de mitos e lendas em que o bandido aparece como um homem lutando contra os ricos para socorrer os pobres. Idealizamos com mais facilidade aquelas coisas e pessoas com as quais menos conhecemos, ou que raramente vemos de fato, e tendemos a ignorar informações que são prejudiciais para uma imagem amada.¹² A vida real de um bandido é frequentemente desagradável e sombria. Envolve residência prolongada em cavernas úmidas e longas marchas laboriosas, bem como muita e ação brutal contra inúmeras vítimas pobres e indefesas (por exemplo, Pereira de Queiroz, 1968: 112-22). O desconforto físico pode ser um dos motivos pelos quais os bandidos procuram chegar a um acordo com seus protetores de uma forma mais definitiva, isto é, quando assumem o papel de serventes. Muitos delinquentes notórios e líderes de bandidos, como Di Miceli e Scordato em Palermo em meados do século XIX, foram encarregados da segurança pública (Mack Smith, 1968: 419). Na Sicília, essa e outras vias de "respeitabilidade" são institucionalizadas na máfia, da qual o banditismo depende em grande parte. Devemos esperar encontrar mecanismos semelhantes na Sardenha, Espanha, México e Filipinas. Como na vida real do bandido, essas conversões em que bandidos se transformam em lacaios e ajudam a reforçar a opressão do campesinato não fornecem ingredientes atraentes para mitos e baladas (BLOK, 1972, p. 501)⁴.

O banditismo social de Blok se aproxima melhor do homem Gaudêncio dos Santos quando o mesmo aparentemente praticou atrocidades na região onde se estabeleceu ao assaltar o moinho dos Jurkoski, conforme aponta Warchowicz, ao mesmo tempo em que possivelmente teria praticado o assassinato do genro do moleiro, ou seja, Gaudêncio estaria se valendo daqueles produtores para conseguir algo para si, nesse caso o dinheiro, não promovendo os interesses dos camponeses, mas os seus em primeiro lugar.

Aí se presencia uma ambiguidade em Gaudêncio dos Santos, por mais que ele esteja ligado aos interesses revolucionário que partem do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, Gaudêncio vê primeiramente neste conflito, uma alternativa para avançar da pobreza e opressão

⁴ The element of social protest is expressed in the myth, which thus builds up around the bandit. This process, or at least part of it, is pictured very skilfully and with great subtlety in Francesco Rosi's film *Salvatore Giuliano* (1962) in which we see surprisingly little of the bandit himself. Indeed the very physical absence of outlaws from the ordinary day-to-day life facilitates the formation of myths and legends in which the bandit appears as a man fighting the rich to succour the poor. We idealize all the more easily those things and people with whom we are least acquainted, or whom we rarely actually see, and we tend to ignore information that is detrimental to a beloved image.¹² Actual bandit life is often unpleasant and grim. It involves prolonged residence in humid caves and long toilsome marches as well as much and brutal action against numerous poor and helpless victims (e.g., Pereira de Queiroz, 1968: 112-22). Physical discomfort might be one reason why bandits seek to come to terms with their protectors in a more definite way, that is, when they assume the role of retainer. Many notorious delinquents and bandit leaders, like di Miceli and Scordato in mid-nineteenth-century Palermo, were given special charge of public security (Mack Smith, 1968: 419). In Sicily this and similar avenues to 'respectability' are institutionalized in the mafia, on which brigandage largely depends. We must expect to find similar mechanisms in Sardinia, Spain, Mexico and the Philippines. ³ Like the bandit's real life, these conversions in which bandits turn into retainers.

para uma vida mais tranquila e com a possibilidade de alguma riqueza, que neste caso aconteceria através do ganho de um pedaço de terra.

Por fim presenciamos que Gaudêncio dos Santos no seguimento do banditismo social proposto por Anton Blok, busca poder através da violência advindas das supostas atrocidades acometidas na região do Tapir ao mesmo tempo em que busca honra ao se unir aos federalistas na ascensão política do mesmo diante o estado borgista. Gaudêncio está muito mais ligado aos interesses das elites estancieiras do que os interesses da vontade popular, para tanto o próximo teórico do banditismo colocará a “adaptação” como ponto de partida da configuração do banditismo social.

Peter Singelmann (1975) se aproxima da linha de Blok ao expor que nas obras *Primitive Rebels* e *Banditso* do escritor Eric Hobsbawm são analisadas certas formas de "banditismo rural" como forma de protesto social. Essa forma de crime se destaca por ser incorporada à tradição local, normalmente praticada contra donos de terras e outras figuras de autoridade, sendo às vezes precursores ou incubadoras de revoltas e revoluções.

Para Singelmann (1975), os bandidos têm como característica a crueldade com membros da própria classe, prejudicando a visão de mobilidade social por solidariedade de classe explorando raciocínio no Cangaço do nordeste brasileiro, onde se tornar um cangaceiro não era necessariamente protestar contra um regime, mas sim se “adaptar” a ele.

Singelmann (1975) ainda analisa como fator do banditismo social o coronelismo como domínio político de uma região através de um líder e seus seguidores armados nas áreas rurais. Fraudes, nepotismo e violência eram comuns nessas regiões e fazem a distinção do que é legal e ilegal dentro do domínio do Coronel difícil de estabelecer. As regiões governadas pelos fazendeiros eram vastas e grandes estados sempre estiveram no centro da colonização (tanto colônias portuguesas quanto espanholas). Dentro dessas regiões, os fazendeiros mantinham sua força de trabalho e também pessoas improdutivas para aumentar seus poderes de votos dentro do processo político. Eram comuns lutas por terras com forças invasoras e outros fazendeiros, envolvendo por vezes até monastérios em seus confrontos.

Nos tempos coloniais, os donos de terra tinham poder de polícia dentro de suas propriedades, mas também eram comumente nomeados pela coroa como líderes da milícia local. Após a nova república, o controle das policias era feito pelos estados, nomeando delegados e subdelegados. Sendo assim, estes estavam também sujeitos à pressão dos poderes políticos locais como todos outros cargos públicos.

O caráter semiprivado da polícia e suas ações conjuntas com capangas os tornavam difíceis de distinguir de milícias particulares e até de cangaceiros. O isolamento, autonomia e imunidade de grandes propriedades e o poder absoluto dos Fazendeiros tiveram duas importantes consequências. O primeiro era um estado de constantes batalhas anárquicas e de alianças fluidas, sempre se alterando em prol do poder mais forte. Segundo, nestes conflitos onde qualquer um com experiência militar poderia achar um espaço tinham características muito pessoais e familiares. Era a personalidade destes senhores feudais (posteriormente os coronéis) onde a política estava focada (SINGELMANN, 1975).

Peter Singelmann (1975) ainda coloca que a política brasileira durante o Império e primeira República era caracterizada por um sistema hierárquico de interdependências entre o governo federal, governos estaduais, administrações municipais e lideranças rurais. Os mecanismos do coronelismo permeavam toda estrutura, mas tinham suas raízes em nível local. Foram estabelecidas também algumas estruturas de poder horizontais, com alianças entre famílias de fazendeiros. Essa estrutura prejudicava a solidariedade de classe, visto que cada membro da cadeia hierárquica estava sempre lutando contra seu par, fazendeiros contra fazendeiros, camponeses contra camponeses.

Dentro de uma estrutura de violência endêmica, os mais inteligentes cangaceiros se infiltravam dentro de milícias, polícias locais e praticavam seus roubos e atividades criminosas de forma seletiva, além de ganhar a simpatia do povo pela crença de que cangaceiros roubavam dos ricos e beneficiavam os pobres. O ambiente de violência e guerras entre famílias era fértil para que jovens pegassem em armas e se juntassem ao cangaço. Sertanejos pegavam em armas, fosse por autodefesa, para violência ou em serviço do seu patrão (SINGELMANN, 1975).

Cangaceiros diversas vezes escolhiam lados de conflitos familiares, fosse por amizades com um dos lados ou por serem pagos para atacar uma família inimiga. Couteiros eram quem abrigava cangaceiros em suas terras para dar proteção a eles. Muitas vezes, couteiros eram perseguidos pela polícia justamente por não terem alianças com o governo atual e ter que solicitar ajuda ao cangaço. Acusar um oponente de ser um couteiro era uma forma rápida de causar trabalho e o colocar do lado errado da lei (SINGELMANN, 1975).

O Cangaço contém muitos dos elementos de revolta primitiva passado por Hobsbawm, especialmente as injustiças que forçam o povo a recorrer ao cangaço, a idealização popular e os frequentes ataques aos ricos. Mas o cangaço também contém os elementos conservadores e reacionários também notados por Hobsbawm e Blok. Serviam como assassinos de aluguel para

poderosos e pegaram em armas contra movimentos verdadeiramente revolucionários, como a Coluna Prestes. Extorquiam-se dinheiro e suprimentos dos ricos porque, diferente dos pobres, os fazendeiros tinham estes recursos para prover. Em realidade os cangaceiros eram parte de uma estrutura opressora de poder e em retorno eram beneficiados por isso.

Sob a perspectiva de Singelmann (1975) sobre o nordeste brasileiro, o caso de Gaudêncio no sul do país se aproxima em sua maneira de agir, assim como lutava ao lado de coronéis e seus coronelismos, Gaudêncio também usufruía de suas estratégias de invasão e ataques no campo para valer do terror e se aproveitar dos imigrantes e produtores com o objetivo de promover respeito ao mesmo tempo em que supostamente saqueava para saciar suas necessidades, ou seja, usufruía dos costumes locais para conhecer melhor seus prováveis alvos de saque. E assim como os donos de terras possuíam suas próprias forças armadas, Gaudêncio detinha um bando a seu comando formando um centro de controle nas redondezas onde transitava, bem como na região do Tapir.

Por fim, este estudo não busca registrar momentos individuais da história, mas sim buscar descrever um modelo de governo dentro do coronelismo. Pode ser percebido tanto em Gaudêncio dos Santos como nos cangaceiros do Nordeste do Brasil que ambos operam à margem de um sistema, assim como capangas, polícias e outros sertanejos com menos recursos. Considerando a caracterização dos cangaceiros, os indivíduos não são políticos ou rebeldes sociais, muito menos revolucionários, são camponeses que se recusam a submissão. Podem ser simplesmente pessoas que se veem excluídas de seu contexto e são forçados a se tornarem foras da lei e criminosos (SINGELMANN, 1975).

Contudo os aportes teóricos presentes nesta parte que tratam das teorias sobre o banditismo social apresentam que estes indivíduos que vivem às margens de leis, se tornam foras da lei atrelados a uma classificação social pejorativa: a de bandido. Porém, conseguimos compreender diante destes autores que os bandidos sociais na verdade promovem características de atores que funcionam como símbolos de resistências e de guardiões daqueles que são mais oprimidos diante do poder do Estado, os excluídos, mas nunca deixando de destacar que o banditismo social está sempre vinculado a um cenário de ganho. Por fim, vale considerar que os bandidos “não lutavam deliberadamente para a manutenção ou para a mudança de nenhuma ordem política. Eles lutavam isso sim, para defender seus próprios interesses” (PERICÁS, 2010, p. 187-188).

Mas além de defenderem seus próprios interesses, os bandoleiros, como no caso de Gaudêncio dos Santos, ao se aproximar de uma revolução como parte de um contingente armado federalista, seu interesse maior, neste caso a conquista de um pedaço de terra vem antes do que os interesses da própria revolução.

Conforme aponta Vanderwood (1984), analisando os bandidos mexicanos do século XIX, os mesmos eram marginais ambiciosos que entendiam do comércio assim como os próprios comerciantes, fazendo acordos de proteção para com os mesmos e com chefes rurais que viviam em constante conflito com o governo e por mais que não gostassem dos comerciantes locais e dos governistas, conviviam com os mesmo por pura conveniência.

Vanderwood (1984) também apresenta os bandidos como mitos e lendas que resultam na admiração dos mexicanos por esses bandidos:

Os mexicanos ainda admiram aqueles proscritos audaciosos e muitas vezes arrogantes dos tempos antigos que, em sua busca incessante de aperfeiçoamento pessoal, desprezavam sua própria segurança e desafiavam veementemente um sistema social que os marginalizava ou perseguia. Símbolos de poder ... talvez. É por isso que os bandidos mexicanos do século passado, encobertos em seus mitos, aparentemente acabaram por estar no lugar que sempre quiseram ter na vida, o de membros respeitados de uma ordem estabelecida onde podem verificar sonhos quiméricos, mas que dificilmente poderia incitar à mudança (VANDERWOOD, 1984, p. 45).⁵

Vanderwood (1984) afirma que os bandidos surgiram durante o período em que a sociedade mexicana lutava por sua independência, buscando subsistência no furto e na venda de mercadorias roubadas, trazendo para dentro de uma sociedade agitada e conturbada pela revolução, um estereótipo de sujeitos que em favor próprio, combatiam as oligarquias e as classes dominantes. Estes bandidos também serviam para saquear propriedades a mando de grupos políticos garantindo para si e seu grupo privilégios patrocinados pelo próprio imperialismo. Estes proscritos deixavam em suas incursões marcas de violência profundas na sociedade mexicana, por mais que lutassem em prol dos pobres e oprimidos, os bandoleiros,

⁵ Los mexicanos admirantodavía a aquellosaudacesproscritos, com frecuencia altivos, de timeposantiguos que em suimplacablebúsqueda de mejoramientospersonalesdeñabansupropriaseguridad y desafiaban, com vehemencia, um sistema social que losmarginaba o perseguía. Símbolos de potesta ... tal vez. Por esolos bandidos mexicanos Del siglo pasado, encubiertos em sus mitos, de manera aparente han terminado por estar en El lugar que siempre quisiera ntener em vida, el de miembrosrespetados de ordenestablecido em donde quis áverifiquen sueños quiméricos, pero que dificilmente podrían incitar al cambioOs mexicanos ainda admiram aqueles proscritto audaciosos e muitas vezes arrogantes dos tempos antigos que, em sua busca incessante de aperfeiçoamento pessoal, desprezavam sua própria segurança e desafiavam veementemente um sistema social que os marginalizava ou perseguia. Símbolos de poder ... talvez. É por isso que os bandidos mexicanos do século passado, encobertos em seus mitos, aparentemente acabaram por estar no lugar que sempre quiseram ter na vida, o de membros respeitados de uma ordem estabelecida onde podem verificar sonhos quiméricos, mas que dificilmente poderia incitar à mudança.

bandidos e marginais do México como de exemplo José Inés Chavez García, aterrorizavam a região de Bajío, deixando como marca registra o estupro e a violência.

Vanderwood (1984) afirma que o bandido pode ser considerado herói ao mesmo tempo em que é taxado de fora da lei e criminoso, por mais sanguinário que sejam suas táticas de lutas.

E para se tornar um bandoleiro, qualquer comerciante que tenha uma arma e age fora da normalidade da sociedade infringindo as normas da comunidade tornando-se símbolos de liberdade e luta contra uma sociedade opressora e despreocupada com as autoridades locais, levam para si o heroísmo dos camponeses.

Ao analisar estes aportes teóricos referente ao banditismo é que podemos encontrar dentro destes estereotípicos, tópicos historiográficos que aproximam Gaudêncio dos Santos do bantíssimo social, principalmente na obra de Vanderwood que trabalha mais detalhadamente o bandido negociante, próximo daqueles que detém o comércio e terras.

Gaudêncio dos Santos luta ao lado de efetivos que defendem os estancieiros e charqueadores, ou seja, luta em prol dos detentores de terra e junto disso busca nos ideais dos estancieiros, uma alternativa de barganha para com o governo, em prol de conquistar seu lugar no espaço territorial gaúcho.

Após levantadas estas informações sobre a vida do homem Gaudêncio e a formação ideológica que o aproxima do banditismo social, buscar-se-á apresentar o período político que passava Gaudêncio dos Santos e sua esposa, objetivando colocá-lo dentro do período político que está presenciando.

2 O RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Apresentados os aspectos individuais do personagem Gaudêncio dos Santos e sua aproximação segundo a perspectiva teórica do banditismo social, neste capítulo será introduzido os movimentos políticos através dos Partidos Republicano e Federalista que no âmbito político e econômico alavancaram as chamadas Revoluções Federalistas de 1893 e 1923. Serão apresentadas as configurações dos partidos e as principais reivindicações políticas de ambos após a ascensão republicana no Brasil.

O capítulo está dividido em três subcapítulos. No primeiro é apresentado como o Rio Grande do Sul se organizou politicamente depois da proclamação da república em 1889 diferenciando os dois partidos políticos que disputavam no estado, os Republicanos e os Liberais.

No segundo subcapítulo é discutido o papel do positivismo no estado através do predomínio do partido Republicano Rio-grandense, liderado por Júlio de Castilhos para explicar a situação política e econômica do estado e também para entender porque um partido de oposição de fortalece.

No terceiro subcapítulo é enfatizado o Partido Liberal, de oposição, e seu papel naquele conflito que por conta da reivindicação desse grupo ficou conhecida como Revolução Federalista de 1923. Isso é importante para se entender a formação do partido, suas opiniões e como Gaudêncio dos Santos entra nesse lado do conflito.

2.1 Republicanos e Federalistas no Rio Grande do Sul na Primeira República

A transição da Monarquia para a República, no ano de 1889, consolidou uma classe dominante no território brasileiro, a elite cafeeira do oeste paulista, subordinando o aparato político governamental aos interesses dos fazendeiros cafeicultores (PESAVENTO, 1983).

Diante das transformações políticas e econômicas desta transição da Monarquia para a República, o escravo deixa o espaço para o trabalhador assalariado, diminuindo então o consumo

do charque, que servia como principal alimento nas senzalas e era o principal produto vendido pelo Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1983).

Com a baixa do consumo do principal produto produzido pelas elites estancieiras do Rio Grande do Sul, vem a crise pecuária fomentando a compra do charque uruguaio, que devido ao seu sistema de cercamento de gado conseguia oferecer preço mais acessível diante do preço proposto pelos produtores gaúchos (PESAVENTO, 1983).

Esses fatores fizeram com que o Rio Grande do Sul se dividisse politicamente, fazendo com que parte dos proprietários de terras aderissem a uma postura política de descentralização, o federalismo, através de um Partido Liberal chefiado pelo General Osório e posteriormente pelo senhor Gaspar Silveira Martins, mediadores entre as classes dominantes locais e o poder político centralizado (PESAVENTO, 1983).

Predominante no período imperial no rio Grande do Sul, o Partido Liberal conseguiu:

que se construísse algumas vias férreas na província, ao mesmo tempo em que se bateu, sem sucesso, pela abertura da barra. No tocante aos impostos, obteve a concessão da tarifa especial para o rio Grande, estabelecida em 1878, retirada em 1887 e novamente reativada em 1888. Segundo esta medida, estabelecia-se a redução dos impostos de importação no Rio Grande do Sul para uma série de mercadorias, bem como se possibilitava a diminuição dos impostos de exportação segundo os interesses da província. Quanto aos créditos, através da influência de Silveira Martins, propiciavam-se os empréstimos das casas exportadoras para as charqueadas e estâncias riograndenses (PESAVENTO, 1983, p.46-47).

Estas medidas políticas beneficiaram os charqueadores e estancieiros de Pelotas, Bagé e Rio Grande. No campo político, a promulgação da Lei Saraiva (1881), que reformava o sistema eleitoral, favoreceu outro partido político que ganhou evidência no Rio Grande do Sul, o Partido Republicano, chefiado por Júlio de Castilhos. Os republicanos se identificavam nos seguintes termos:

a ordem e progresso – estão assim diretamente relacionados com o progresso em curso na sociedade: a ordem burguesa era o elemento a conservar; o progresso econômico, o objetivo a atingir. Daí, pois, os lemas positivistas: “a ordem por base, o progresso por fim”, “o progresso é a continuidade da ordem” (PESAVENTO, 1983, p. 54).

Sandra Pesavento (1983) salienta que a ideia republicana visava um governo autoritário, centralizador e atuante com a questão militar, contando com o apoio do Exército e a criação da Brigada Militar apoiando e sendo apoiado pelo governo de Deodoro da Fonseca.

O PRR postulava uma combinação entre federalismo e centralismo na mediação entre a política interna do estado e as relações com o poder central. Frente à União, defendiam o federalismo radical, e no governo regional, adotavam o centralismo de feição autoritária e positivista (PESAVENTO, 1983, p. 77).

Esses fatores demonstram o conflito político partidário em que o Rio Grande do Sul passa durante a República Velha tendo o Partido Republicano sob o protagonismo de uma burguesia urbana emergente e o Partido Federalista, liderado por uma elite estancieira da campanha (ANTONACCI, 1981).

Segundo Ana Reckziegel (2007), em 1891 Deodoro Fonseca, através da aceitação da renúncia de Fernando Aboot da chefia do estado do Rio Grande do Sul e através de uma votação indireta, faz de Júlio de Castilhos presidente do Estado do Rio Grande de Sul. Reckziegel (2007) salienta que com a ascensão de Castilhos, forma-se uma oposição em Bagé, lançando em 1892 o Partido Federalista sob a chefia de Silveira Martins, que defendia uma República Parlamentarista. A autora explica que:

Naquela oportunidade, todos tramavam. Os federalistas teciam estratégias para serem reconhecidos como força política, a fim de disputar o mando no estado, e esforçavam-se para se defenderem das acusações que lhes associavam aos monarquistas – aliás, o principal argumento dos castilhistas para a sistemática perseguição aos federalistas. Os castilhistas, por sua vez, arquitetavam a derrubada do governicho, pretendendo a recondução do PRR ao poder – para o quê tiveram o apoio do presidente Floriano, que se dispôs a transigir a estabilidade da república presidencialista (RECKZIEGEL, 2007, p. 28).

A disputa pelo governo do estado do Rio Grande do Sul levou os republicanos e federalistas a uma crise política que resultou em uma revolta armada denominada Revolução Federalista de 1893. Após o golpe de Júlio de Castilhos, apoiado por Deodoro da Fonseca e posteriormente por Floriano Peixoto, os federalistas rumaram ao Uruguai, levando cargas de armas e organizando lá estratégias para um levante.

Reckziegel (2007) saliente que os federalistas ao chegarem no Uruguai deparam-se com uma população, próxima à fronteira com o Rio Grande do Sul, que passa por um processo de

modernização, de desenvolvimento desigual, formado por pessoas que foram expulsas das estâncias, tendo como opção de trabalho o ingresso na polícia ou no exército.

Este quadro de empobrecimento das peonadas e de seu desejo de derrubar as cercas que lhes tornavam a oportunidade de colocação nas estâncias, o pobrerio disponível, em face das circunstâncias, engrossou as fileiras revolucionárias, participando numa luta que se não era a deles, lhes proporcionou “*aire limpio y tripa gorda*”, como eles próprios referiam-se. [...] É certo que as circunstâncias de os federalistas traçarem suas estratégias de guerra, municiam-se e serviram-se de homens para seus exércitos em solo uruguaio não foi possibilitada, exclusivamente, pelas condições socioeconômicas daquela região paralelas: a Montevideu, nas mãos do Partido Colorado, e a de Cerrito, do Partido Blanco, cujo líder vinha a ser Aparício Saraiva (RECKZIEGEL, 2007, p. 40-41).

Com a crise configurada no Rio Grande do Sul, com a saída dos federalistas para o Uruguai e com o encontro dos mesmos com um contingente populacional miserável nas regiões fronteiriças, e, vinculando-se ao Partido Blanco uruguaio, em 02 de fevereiro de 1893 os federalistas liderados por Gumercindo Saraiva atravessam a fronteira rumo a Bagé com mais de 400 homens, em grande parte brasileiros usando divisas vermelhas, que iniciaram a Revolução Federalista de 1893 com o propósito de tomar o controle do estado gaúcho (RECKZIEGEL, 2007).

O Rio Grande do Sul não só estava ameaçado pela anarquia da contenda doméstica, como também estava à mercê da ingerência externa. Esse era o quadro pintado com tintas castilhistas. Os pleitos de Castilhos junto a Floriano eram, geralmente, de duas ordens: aqueles relativos aos recursos financeiros necessários ao armamento das tropas para enfrentar os federalistas e aqueles cuja a função consistia em alarmar o governo federal a respeito da integridade da república, imputando aos federalistas a pecha de monarquistas e, ao vizinho Uruguai a intenção de anexionista (RECKZIEGEL, 2007, p. 45).

Finalizando, os fatos até então estabelecidos mostram a instabilidade dentro do governo castilhista, que constituía uma variante do positivismo, que via como única alternativa a estruturação de um estado com a liberdade condicionada ao interesse do próprio Estado. Onde as classes conservadoras faziam parte da manutenção da ordem, e o bem público voltado a uma moralização (RECKZIEGEL, 2007).

A Revolução Federalista de 1893, bem como seu desdobramento em 1923, são oriundas de uma disputa pelo controle do estado entre duas elites, a estancieira representada pelos

federalistas e a burguesia urbana, representada pelos republicanos e a diferença entre ambos será apresentada a seguir.

Diante dos fatos estabelecidos na transição da Monarquia para a República, conseguimos destacar que Gaudêncio dos Santos viveu numa época política no Rio Grande do Sul repleta de crise, tanto econômica quanto política. É neste cenário político e econômico que Gaudêncio dos Santos está ligado, como um trabalhador autônomo que conhece sua futura esposa, Vitoria Tochetto. Gaudêncio dos Santos vive dentro de um Estado positivista, excludente e em constante conflito político.

2.2 O positivismo no Rio Grande do Sul (1891–1928)

Ricardo Velez Rodríguez (2007) esclarece que o castilhismo tinha o positivismo como núcleo ideológico e absoluta convicção de que era fundamental ao governo, tinha pureza em suas intenções. Para este sistema a sociedade deveria caminhar para a sua própria reestruturação através do cultivo da ciência. O castilhismo previa o fortalecimento do Estado através de seu conservadorismo que traria um melhoramento ao fortalecimento propriamente dito.

A liberdade das pessoas, segundo a doutrina castilhista, está condicionada a elas se inserirem no contexto dos interesses do Estado. [...] as classes conservadoras, amantes da ordem, conquistadas por Castilhos junto com os elementos revolucionários ou radicais, em cuja atividade – segundo Pedro Moacyr – “preponderava a procura do progresso *à outrance* sobre as necessidades de manutenção da ordem (Ibidem, 1893). [...] em ordem a conseguir a moralização da sociedade, o governo deve segundo a doutrina castilhista, exercer uma tutela sobre ela, a fim de que os seus membros se amoldem à procura do bem público (RODRÍGUES, 2007, p. 65).

Segundo Ricardo Velez Rodríguez (2007), diferentemente do positivismo, o castilhismo previa uma agremiação partidária, uma renovação política, tendências unificadoras e favorecimento da doutrina estatal. Já o positivismo defendia uma assembleia de caráter corporativista, uma renovação social e moral, e plena liberdade de expressão.

Conforme aponta Gunter Axt (2007), durante o período castilhista no Rio Grande do Sul é que se proporciona a entrada do sistema coronelista, um sistema político nacional baseado em

barganhas entre coronéis e governos, formando então uma rede de compromissos. Com isso o estado concedia a coronéis cargos públicos para garantir a segurança do sistema político vigente.

Júlio de Castilhos, durante seu governo, ao usufruir das práticas coronelistas, formula em 1891, os pilares de sua obra institucional, a primeira constituição gaúcha “com destaque aos mecanismos de intervenção do poder estadual nos municípios, à elisão do conceito liberal de separação dos poderes e à possibilidade de reeleição indefinida do governante” (AXT, 2007, p. 93).

Gunter Axt (2007) esclarece que a carta constituinte de 1891 autorizava que o procurador estadual fosse nomeado livremente pelo presidente do estado, os juízes distritais eram indicados por políticos poderosos locais e os cartórios e os tabelionatos eram distribuídos conforme a localização dos cabos eleitorais do governo. A Constituição de 1891 garantiu ao presidente do Estado, grandes “instrumentos de intervenção nos municípios e de controle do aparato estatal” (AXT, 2007).

Como resposta as afrontas políticas advindas da Constituição gaúcha, a Revolução Federalista de 1893 se opõe a essa centralização de poder estatal. Porém derrotado, o partido federalista não consegue almejar o controle do Estado, tornando Júlio de Castilhos presidente até 1898.

Com derrota e quase extermínio da oposição, Júlio de Castilhos afirmou-se como liderança unipessoal no Rio Grande do Sul, controlando o PRR a administração pública, a política estadual e as situações municipais. Castilhos empunhou a presidência do estado até 25 de janeiro 1898, quando o desembargador Antônio Augusto Borges de Medeiros o sucedeu, por indicação sua. Borges foi reeleito pra um segundo mandato, por força do manifesto de Júlio de Castilhos de 2 de outubro de 1902, que proclamou essa candidatura aos republicanos. Nas eleições, desferidas em 25 de novembro, o Partido Federalista se absteve, e os candidatos dissidentes, entre os quais já se encontrava Fernando Abbott, republicano histórico e um dos primeiros presidentes do estado, alcançaram uma margem insignificativa de votos (AXT, 2007, p. 97).

Conforme aponta Axt (2007), Borges de Medeiros permanece na chefia partidária do Partido Republicano desde 1908, quando da entrada de Carlos Barbosa Gonçalves à presidência do estado. Durante sua liderança no PRR, Borges de Medeiros tem como objetivo principal a atuação direta do Estado nos municípios, reforçando então o aparelho estadual, até reassumir a presidência do estado em 1913 “invocando teses nacionalistas, socializantes e desenvolvimentistas” estabelecidas na carta constitucional de 1891.

Na prática, enquanto ao governo do PRR interessava fortalecer os meios de controle sobre a sociedade civil, além de nocautear o poder paralelo de grandes empresas privadas, cujos interesses não coincidiam com os da elite dirigente, aos setores da classe dominante mais próximos do governo – a fração financeiro-mercantil urbano-litorânea – apoiaram as encampações, apesar do seu professado liberalismo, por identificar nelas mais uma oportunidade de aprofundar a hegemonia mercantil da capital sobre o interior do estado, em especial satelitizando a florescente área de colonização ítalogermânica e golpeando a concorrência estabelecida pelo contrabando de fronteira (Idem, 2001; Espírito Santo, 1982, p. 10-22).

Devido as encampações durante o período de 1919 e 1920, vem a crise financeira de 1921, que serve a oposição republicana como meio de reivindicar o poder do estado e a saída da hegemonia republicana. Esse período conturbado, posterior a primeira Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, é marcada pela institucionalização republicana no controle do Estado.

Os republicanos fazem com que os poderes políticos excluam de suas tarefas os problemas voltados a pobreza o endividamento fazendo com que pequenos grupos de produtores comecem a discutir uma forma de serem vistos e de participarem do governo. Assim, as oposições rio-grandenses tomam forma, lideradas por Joaquim Francisco de Assis Brasil, tendo como ponto de partida a luta contra a classe dominante e os coronéis (ANTONACCI, 1981).

O Rio Grande do Sul em conflito desencadeia forças sociais ligadas ao desenvolvimento da lavoura, a pequena criação, desencadeando então um movimento político, fracionado as classes políticas acarretando em lutas armadas devido a “diversificação da produção e a exportação da área e desdobrando o seu quadro social; da ampliação das necessidades econômicas-sociais do RS; e do positivismo, ideologia que inspirou a fração dominante no poder” (ANTONACCI, 1981, p. 19-20).

Conforme Antonacci (1981), deste modo, o positivismo fez com que os governantes vissem o estado como algo que deveria possuir uma ação reguladora sobre grupos e classes sociais, e deveria ser mais técnico do que político. Aí viram que os setores mais desenvolvidos, e nesse caso, a pecuária e seus pecuaristas, deveriam ser mais taxados.

Diante dos aspectos positivistas, os federalistas se tornam a oposição maior diante os republicanos, procurando substituir a Constituição de 1891, propondo o fim da reeleição e maior autonomia dos municípios e distritos, levantando a bandeira do parlamentarismo.

A oposição partidária, por sua vez, batia-se, sobretudo, pela liberdade de comércio, o que significa o estreitamento da integração com o Prata, a redução das barreiras de importação e a fuga à zona de influência mercantil da capital. Almejava, além disso, uma política econômica que privilegiasse a fração dos estancieiros acima de qualquer outra. Pleiteava, por exemplo, a criação de um banco hipotecário de crédito rural com o apoio de recursos públicos e a instalação de frigoríficos no estado, o que era boicotado pelos financistas urbano litorâneos e pelos charqueadores. No início da república, esta facção era majoritariamente parlamentarista, porque acreditava que dispunha do apoio da maioria dos eleitores e conseguiria no Parlamento fazer valer suas posições econômicas. Já na década de 1920, o parlamentarismo federalista original estava praticamente substituído pelo presidencialismo assistista, pois já, então, o processo de esvaziamento do Legislativo parecia ser apenas parcialmente reversível (AXT, 200, p. 123).

Frente às oposições republicanas e federalistas, vem à tona as insurreições de 1893 a 1895 e posteriormente a de 1923 a 1927. Insurreições estas que não se limitaram somente dentro do Rio Grande do Sul, mas também adentraram no estado de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, mas somente em 1923 é que os federalistas conquistaram algumas vitórias estabelecidas no Pacto de Pedras Altas, bem como:

a proibição de reeleição do primeiro mandatário; a adaptação das eleições estaduais e municipais à legislação federal; a determinação de nomeação de intendentess provisório apenas nos casos de completa acefalia administrativa – sendo que os mesmos teriam fixado o prazo de 60 dias para convocar novas eleições; consignação à Justiça de competência para julgar recursos referentes às eleições municipais; eleição do vice-presidente do estado nas mesmas condições do presidente; garantia de representação federal das minorias em todos os distritos eleitorais; divisão do estado em seis distritos eleitorais; garantia de representação mínima da minoria na Assembleia de um representante por distrito; anistia para os presos perseguidos políticos gaúchos (AXT, 2007 p.121).

Contudo, no Rio Grande do Sul, houve uma institucionalização autoritária frente ao poder do estado, que autorizava a elaboração de milícias com o intuito de formar forças paralelas, através do coronelismo, objetivando defender os interesses republicanos. Os republicanos precisavam negociar cada vez mais com os coronéis locais para garantir sua estabilidade no poder e conseqüentemente, tendo um inimigo interno, uma oposição tanto quanto ao castilhismo quanto ao borgismo garantia uma unidade interna do Partido Republicano Rio-grandense (AXT, 2007).

Foi diante do borgismo, que forças revolucionárias e rebeldes se constroem em determinadas regiões do Rio Grande do Sul para contestar as estratégias políticas do estado e

para eleger seus representantes maiores. Neste interim é que personagens como Gaudêncio dos Santos ganham destaque ao conformarem forças revolucionárias armadas com o intuito de defender os ideais dos seus mentores, os federalistas.

2.3 Os federalistas e a revolução de 1923

O Partido Federalista, criado por Gaspar Silveira Martins no ano de 1892 se preocupava em lutar contra o autoritarismo político do Partido Republicano Rio-grandense. Se propunha a participar de eleições estaduais defendendo o liberalismo e requisitando, através de seu programa político, a substituição da Constituição formulada pelos republicanos de Júlio de Castilhos, principalmente pedindo maior autonomia aos municípios e o fim da reeleição.

A base de sustentação do novo partido mostrava-se forte. Embora com predominância de elementos de Fronteira, especialmente de Bagé e Santa Catarina do Livramento, havia representantes de Porto Alegre, como o médico José Bernardino da Cunha Bittencourt, ex-deputado conservador; Apolinário Porto Alegre, um dos fundadores do Partido Republicano e eminente escritor; Emílio da Silva Ferreira, comerciante e líder maçônico, e Joaquin Pedro Salgado, ex-deputado liberal. Passo Fundo fazia-se presente com o advogado Antônio Prestes Guimarães, ex-deputado liberal. Caçapava do Sul enviava Laurentino Pinto Filho. Pelotas tinha representantes na pessoa do dr. Leopoldo Antunes Maciel (barão de São Luís) e de Eliseu Maciel. São Gabriel comparecia com José Serafin de Castilhos, mais tarde conhecido como “Juca Tigre” (FRANCO, 2007, p. 135).

Conforme aponta Sérgio da Costa Franco (2007), com a morte de Silveira Martins, no Uruguai em 1901, formava-se no Rio Grande do Sul uma nova onda de rebeliões voltada ao escopo do testamento político deixado por Silveira Martins, no qual se elencavam, novamente, o fim da reeleição, fim da organização de polícias com caráter militares, ou seja, forças armadas paralelas, a união de terras devolutas e a autonomia dos municípios.

No período compreendido entre 1913 a 1920, surge grande insatisfação dos pecuaristas voltada à minoria participativa na Assembleia do estado, o que favoreceu a candidatura de Assis Brasil em 1922 a presidência do Estado contra o republicano Borges de Medeiros. Os federalistas reivindicavam dois temas básicos frente aos republicanos:

Com se observa, dois temas básicos foram abordados pelas oposições: o referente ao fundamento e exercício da autoridade e o referente à crise econômica e ao “desprezo pelos mais importantes e vitais problemas coletivos”. Ao controle exclusivo do aparelho estatal rio-grandense por uma fração da classe dominante gaúcha, juntaram-se – na conjuntura em análise - a orientação e a atitude desta fração no governo, frente às dificuldades trazidas pela crise econômica de 1921 para a área. [...] Já os grupos de oposição, partindo de uma perspectiva que tendia para a “valorização da indústria pastoril e da terra”, e sentindo as ameaças da crise econômica, pretenderam auxílios diretos e específicos para os pecuaristas em dificuldades. Daí apontarem para o descaso do governo em relação aos problemas da coletividade. (ANTONACCI, 1981, p. 82 – 83).

Com finalidade de unir as oposições contra Borges de Medeiros, Assis Brasil, ainda em campanha eleitoral no ano de 1922 inicia uma fase de propagandas voltada aos periódicos *Correio do Povo* e *Última Hora*.

Foram divulgados, no *Correio do Povo* e *Última hora*, dois manifestos assinados por elementos de destaque da política gaúcha, referindo-se à questão do relacionamento do governo Borges com os pecuaristas do RS. Na Seção Livre do *Correio do Povo*, o manifesto “Ao Rio Grande do Sul” apontou que no governo Borges houve” (...) ausência absoluta de qualquer proteção à principal indústria do Estado, apenas favorecida pela União”. E no manifesto “Aos fazendeiros Rio-Grandenses”, publicado no jornal *Última Hora*, reapareceu com mais clareza a perspectiva de luta por protecionismo para os pecuaristas (ANTONACCI, 1981, p. 88).

O apelo de Assis aos fazendeiros e pecuaristas, informando negligências do estado para com os mesmos também é presente no *Jornal Última Hora*.

De todas as classes prejudicadas pela nefasta política administrativa e financeira do RS a que mais tem sofrido o guante da prepotência na ação sugadora das suas economias, e do desprezo revoltante pelas suas inadiáveis necessidades é precisamente a dos fazendeiros. Até hoje, nada tem feito o Sr. Borges de Medeiros pela indústria pecuária que possa merecer qualquer testemunho da parte dos criadores gaúchos, abandonados inteiramente aos seus próprios recursos (...). O governo do RS tem sido terrível madrasta para a indústria pecuária que devia ter a preferência nos seus cuidados. Aos Fazendeiros Rio-Grandense. *Última Hora*. 19/10/22 (ANTONACCI, 1981, p. 89).

Segundo Antonacci (1981) desde o início da campanha eleitoral federalistas, Assis Brasil volta o seu partido para as questões ligadas a produtividade agrícola, fazendo seus discursos ganharem proporções enormes nas regiões das colônias, provocando tumultos e fazendo com que colonos temessem ainda mais futuras represálias administrativas.

Quando findada a eleição em 25 de novembro de 1922, a maioria tinha em mente que Borges de Medeiros não teria alcançado o coeficiente de 3/4 da votação, como previa a Constituição do Rio Grande do Sul, porém:

A 16 de janeiro de 1923, a Comissão de Constituição e Poderes deu por terminado seu trabalho, concluindo pela vitória de Borges de Medeiros, com 106.360 votos. Assis Brasil obtivera 32.216, sendo que, para impedir a reeleição de Borges, deveria alcançar 34.644 votos, ou seja, a quarta parte dos sufrágios. [...] no mesmo 25 de janeiro, enquanto Borges assumia o quinto período de governo, teve início o movimento armado na região serrana do RS. (ANTONACCI, 1981, p. 98).

Com a eleição de Borges de Medeiros em novembro de 22, inicia, na região de Passo Fundo hostilidades contra o governo eleito e em fevereiro de 1923 a revolução fica restrita a Passo Fundo, Palmeira, Nonohay e Erechim, no fim de abril tomara conta de todo o Estado.

(ANTONACCI, 1981).

Franco (2007) explica ainda que:

inconformados com o resultado oficial da eleição, que dava por assegurados os três quartos dos votantes, condição primária, segundo a carta constitucional castilhistas, as oposições se levantaram em armas, em janeiro de 1923 esperançosas, sobretudo de uma intervenção federal ditada pelo presidente Artur Bernardes, a quem haviam apoiado. Pela primeira vez, o PRR havia dado os seus votos ao candidato da oposição, Nilo Peçanha, derrotado nas eleições federais. A sedição começou em janeiro de 23, em Carazinho, proclamada pelo Deputado Estadual Artur Caetano Silva. Os federalistas, coerentes com sua tradição revolucionária, vinda dos combates sangrentos de 1893, foram os agentes principais das guerrilhas de 23. Felipe Portinho, Leonel Rocha, Honório Lemes, Estácio Azambuja, Belisário Batista, comandantes rebeldes, eram velhos federalistas, todos veteranos da guerra civil de 1893 a 95. A eles se somaram numerosos republicanos dissidentes (FRANCO, 2007, p. 166).

Então, ao final do pleito eleitoral se estabelece o conflito civil que, como foi visto nesse subcapítulo, contrariava uma propaganda federalista. Para lutar contra o resultado, as forças

federalistas se organizaram da seguinte forma, organizadas sob o comando de Assis Brasil e eram elas cinco:

A do Norte, comandada por Leonel Rocha – chefe federalista radicado em Palmeira das Missões – que já lutara em 1893 contra o governo do PRR; a do Nordeste, comandada por Felipe Portinho – chefe federalista da região serrana – que também participara ativamente no movimento de 1893; a do Oeste, comandada por Honório Lemes, o mais popular dos chefes de 1923, “era um tropeiro, grande vaqueano da região e veterano de 1893”; a do Centro comandada por Estácio Azambuja – também com atuação destacada em 1893, cercou-se de um grupo de elite, “grandes fazendeiros, advogados e médicos, podendo-se dizer que a Brigada de São Gabriel era o que a oposição possuía de mais representativo na tradicional cidade da campanha”, a do Sul sob o comando de José Antônio Neto (Zeca Neto), dissidente republicano que na Revolução de 1923 se destacou pela mobilidade de suas tropas e pela breve ocupação da cidade de Pelotas (ANTONACCI, 1981, p. 99).

Estas lideranças foram os responsáveis por mobilizar tropas armadas para lutarem contra a Brigada Militar que estava sob o comando de Borges de Medeiros, ativamente na luta que se desdobrou por diversos meses no ano de 1923, bem como da invasão de cidades renomadas no Rio Grande do Sul como a invasão de Pelotas liderada pela tropa de 250 homens comandados por Zeca Neto (DAL FORNO, 2015, p. 98).

Dentro do Conselho do Partido Federalista em 1921 se forma o diretório federalista no Congresso de Bagé. Desse diretório fazem parte os seguintes membros:

General Silva Tavares, presidente; coronel Prestes Guimarães, dr. Alcides Lima, Felipe Portinho, Estácio Azambuja, coronel J. B. da Silva Tavares, dr. Saturnino Arruda, Rafael Cabeda e dr. Fortunato Barreto [...]. Foi eleito então o seguinte diretório central do Partido Federalista: Conselheiro Francisco Antunes Maciel, presidente; Pedro Gonçalves Moacyr, Wenceslau Escobar, Felipe Portinho, Vasco Alves, Antero Cunha, Afonso Honório dos Santos, Theobaldo Fleck, Cândido Tavares Bastos e Rodolfo Costa (OSÓRIO, 1992, p. 65-67).

Destacamos nesse grupo recrutador de Gaudêncio dos Santos, Felipe Neri Portinho, que além de representar a força militar do Partido Federalista comandado por Silveira Martins, fazia parte também do escopo político do partido, o qual fora criminalizado pelo PRR e considerado o maior adversário do castilhismo e do borgismo. São aos federalistas adjetivados como

maragatos que Gaudêncio dos Santos se une para lutar contra o governo mas também e talvez principalmente conseguir seus objetivos.

Em relação ao termo maragato,

Da insurreição, saíram os federalista com a alcunha de “maragatos”, alusão depreciativa aos comandados de Gumercindo Saraiva, que procediam, em parte, do Departamento de San José, no Uruguai, com forte presença de originários da região espanhola da Maragatería (FRANCO, 2007, p.136-137).

Desencadeado o movimento armado, na cidade do Boa Vista de Erechim, atual Erechim, situada no Alto Uruguai, as tropas do General Felipe Portinho invadiram a municipalidade no dia 12 de março de 1923, dando liberdade aos presos e nomeando o Capitão Temístocles Celso Ochoa como governador do município (DUCATTI NETO, 1981).

Ainda como aponta Ducatti Neto (1981), a cidade de Boa Vista do Erechim, recebeu movimentos armados onde se encontravam Gaudêncio dos Santos e João Inácio, bandoleiros estes que faziam parte do quadro de revolucionário do comando de Felipe Portinho.

Sendo assim, cabe ressaltar que é sob as ordens de Felipe Portinho que Gaudêncio dos Santos se estabelece na região remota da Floresta, atual Barão do Cotegipe, pertencente a Boa Vista de Erechim. Já suas incursões e a situação que Boa Vista do Erechim está passando nesse período será retratado no próximo capítulo.

3 UM BANDIDO GUERRILHEIRO NA REGIÃO DE ERECHIM

Posteriormente à análise historiográfica do Estado do Rio Grande do Sul evidenciando o período político de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, este capítulo abordará os reflexos políticos e de guerra civil causados na cidade de Erechim por estes governos.

Este capítulo está organizado em três subcapítulos. No primeiro apresentamos um pouco da história da formação política e administrativa de Erechim dizendo que este processo discontentava parte da população e ajudou na formação do contingente maragato a que Gaudêncio se juntou.

No segundo subcapítulo, utilizamos relatos de autores memorialistas sobre a região de Erechim e também apresentamos duas entrevistas com pessoas que viveram esse período porque suas famílias estavam na região. As narrativas servem para explicar como era o ambiente de tensão na região em que os grupos bandoleiros estavam em conflito com as forças legalistas.

No terceiro subcapítulo, a análise foca principalmente no período de 1923 a 1927, onde as forças contra o Governo Republicano ao comando de Felipe Portinho e seus rebeldes como Gaudêncio dos Santos, adentram na região do Alto Uruguai. Utilizamos o caso mexicano estudado por Paul Vanderwood contribuindo para a configuração do termo bandido guerrilheiro, que assim como aconteceu no México, aconteceu no caso do movimento de resistência durante a Revolta Civil de 1923 a 1927 no Rio Grande do Sul.

3.1 Erechim – da criação até 1927

A atual cidade de Erechim fica na região do norte do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1908 esta cidade se forma quando da vinda de imigrantes da região de Caxias do Sul se acampam nos arredores da estrada de ferro, logo fazendo deste pequeno reduto de terras com imigrantes um distrito da cidade de Passo Fundo⁶. Com o alargamento do povoado, no ano de 1918, Erechim se torna município, tendo como primeiro nome Boa Vista do Erechim, região propriamente dita como local onde Gaudêncio dos Santos ruma durante a Revolução de 1923.

⁶ Estas informações foram retiradas do sítio eletrônico da Prefeitura municipal de Erechim – RS conforme link: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/130/municipio>

Figura 4 –A região de Erechim no Mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: Raphael.lorenzeto/DescriptionPending}} Map locator of a city in Rio Grande do Sul (this description will be changed) |Source=[Image:RioGrandedoSul](#)

Em 1912, com a criação da Colônia de Erechim, se dá o início do processo de legitimação de terras, iniciando as demarcações territoriais, demarcando lotes rurais para os agricultores nacionais, legitimando a propriedade dos ocupantes de mais de 30 anos, mas, sobretudo, fomentando então a entrada de empresas colonizadoras como a Jewish Colonization Association (ICA) e a Luce, Rosa & CIA. LTDA, conforme aponta Ernesto Cassol (2003, p.

21).

Carlos Barbosa presidente do Rio Grande do Sul cria a Colônia Erechim com sede em Capoeirê em 06 de outubro de 1908. O ato se insere na política de imigração e colonização, que, no período, o governo do Estado implementava. Trata-se, pois de colonização oficial, planejada segundo a legislação vigente. Sobretudo de 1899/1900, executado pelo organismo competente, a inspetoria de terras. Permite-se também a colonização privada de acordo com a legislação pública. Destacam-se várias companhias particulares como Bertei, a Sertaneja e sobre tudo a Luce-Rosa e a Jewish Kolonization Association (IKA) (CASSOL, 1979, p. 28).

A ocupação dessas terras e a criação da Colônia em 1908 se encaixam nas políticas de imigração e colonização do governo do Estado da época com o objetivo de resolver problemas múltiplos, entre eles a falta de produtos alimentícios, crises de abastecimento e pecuária. Com a grande demanda de imigrantes europeus que vinham para o Brasil, as antigas colônias já não comportavam o número crescente de pessoas, que se tornavam um problema de ordem social. Uma das saídas encontradas foi o deslocamento de parte desta população para novas terras a serem colonizadas. Por fazer parte de uma colonização programada pelo Estado, a corrente positivista foi de grande relevância na maneira de preparar, planejar e executar a vinda e instalação dos imigrantes.

Sobre o início do século XX, Beatriz Ana Loner (2007, p. 474) aponta que com o aumento da corrente migratória no Alto Uruguai, o governo positivista voltou-se a “moralização dos serviços administrativos tendo preocupações com a revalidação dos títulos, medições e legitimação das terras” vendo nas companhias colonizadoras uma alternativa para evitar fraudes e falhas voltadas as Comissões Verificadoras, criadas em 1897. Sobre os antecedentes indígenas na região do Alto Uruguai, a autora explica que:

este possuía ainda boa parte de florestas inexploradas, era o espaço onde se concentrava a maior parte das populações indígenas do estado. Embora a política protecionista de Rondon fosse adotada pelos positivistas, como Torres Gonçalves, não puderam evitar a usurpação das terras indígenas. O Regulamento de Terras de 1922 estabeleceu novas medidas de proteção às terras indígenas. Certamente, ocorre grande distância entre o que é estabelecido pela lei e pela realidade, considerando a frequência de registros de altos de conflitos entre colonos e índios (LONER, 2007, p. 477).

Conforme aponta Cassol (1979), com a cedência de grandes extensões de terras financiadas pelo estado do Rio Grande do Sul, o governo promove novos incentivos a migração. Com a vinda dos colonos europeus inicia-se a demarcação das terras indígenas e os imigrantes

chegam reocupando terras consideradas devolutas que até então estavam na posse de índios, caboclos, nativos e negros, incitando diversos conflitos entre imigrantes e nacionais.

Cabia ao governo a administração do processo de colonização e de discriminação do domínio público e privado da terra, fatores que impactavam diretamente na vida dessas pessoas e eram responsáveis pela sua expulsão dos espaços que, historicamente ocupavam. Esses fatores também ajudam a compreender a força e a capacidade de mobilização dos federalistas na região, mas não devem obscurecer o fato de que muitas das pessoas que lá viviam, não só os estancieiros (poder do campo), inscreveram-se e lutaram ao lado das tropas legalistas (ARDENGHI, 2003).

Tedesco (2020) afirma ainda sobre este caso, que na Colônia de Erechim, iniciou-se uma produção agrícola a fim de formar um mercado interno e montar uma rede de comércio, colocando o trabalhador como sujeito histórico, político e central, criando então um processo normatizador de terra voltado ao caráter positivista com o intuito de promover o progresso.

Cassol (2003) também esclarece que diante da publicação do Decreto nº 3.524, de 05 de outubro de 1925, as intrusões foram permitidas pelo Estado para fins de serviços florestais, ou seja, para cortar madeira, enfatizando que esse processo de inclusão migratória e colonização incitam um processo de conflito e exclusão. Esses pequenos agricultores muitas vezes expulsos de suas terras e sem os quesitos para contestar a propriedade frente ao Estado, foram suprimidos com o novo regulamento de terras e com o avanço do povoamento junto do problema da demarcação das terras, promovendo uma colonização forçada em face do baixo valor das mesmas, resultando num rápido povoamento até 1925.

Reforçando a exposição de Cassol (2003), no edital proposto pelo chefe de secção Lindolfo Silva, escrito em 26 de maio de 1912, por ordem do Governo do Estado do Rio Grande do Sul que, em, localidades próximas à região de Erechim como Palmeira e a Colônia Alto Uruguai, verificou-se que:

Tive ocasião de estar no Toldo de Índios de Inhacorá. Existem actualmente 40 famílias com um total de 224 pessoas. Queixam-se os Índios de que suas terras estão sendo invadidas por intrusos, e que constantemente são por eles incomodados. Seria de conveniencia a medição de uma área destinada aos Índios d'aquelle Toldo afim de que fiquem definitivamente estabelecidos, e também indicação de um individuo competente afim de zelar e fazer com que eles trabalhem (AHRs, 2021, cx 03).

Esse edital configura que as demarcações, neste caso específico ligado aos índios, pontuam o processo de remanejamento, realocação e conseqüentemente o esbulho de povos nacionais vistos pelo governo como improdutivos, ficando os mesmos à mercê das regras da Comissão de Terra. Mesmo que a localidade citada não seja o enfoque do trabalho, esses fatos refletem a realidade em todo o contexto político do Rio Grande do Sul no início do século XX.

Fica evidenciado que é a partir desses registros que instaura-se um período de contestação do poder do Partido Republicano Rio-grandense, ao mesmo tempo contestando a ordem coronelista que este partido político impõe sobre aqueles que não possuíam recursos financeiros e, nem mesmo, instrução necessária para registrar a propriedade. É desse cenário político que Gaudêncio dos Santos descende.

A regulamentação da lei estabelecia uma série de medidas para legitimar as posses, que ia desde a medição à criação de cargos diversos para executar e fiscalizar tais procedimentos, o que gerou uma complexa rede de relações de poder, dificultando aos posseiros mais humildes a regularização das terras. Muitos processos arrastaram-se por anos, ocasionando gastos, usurpações de posses e toda série de abusos e corrupção por parte daqueles que tinham mais condições econômicas, legitimando grandes áreas, em detrimento dos *pequenos*. Extensas áreas foram controladas e comercializadas pelas companhias de colonização nacionais e estrangeiras. Os pequenos proprietários e posseiros tinham dificuldades de contestar as legitimações que eram feitas por grandes proprietários, incluindo áreas que não lhe pertenciam (ARDENGHI, 2003, p.473).

Este é o pano de fundo que irá contribuir para o surgimento de indivíduos como Gaudêncio dos Santos, que sofrendo a perda da sua propriedade para o banco, escolhe a forma de reivindicar um pedaço de terra para si, no cenário da então Erechim, cidade em processo de colonização tardia.

Além destas evidências presentes na memória de quem ouviu falar sobre Gaudêncio dos Santos, encontramos na obra de Isabel Gritti (2020) que este bandido se aproximou da região de Erechim no período inicial da colonização imigrante e que os fatos registrados sobre este intruso permitem:

Compreender a luta pela posse da terra por parte dos dela excluídos no processo de assentamento dos imigrantes e descendentes europeus. O assentamento destes provocou a exclusão dos que há mais tempo ocupavam essas terras e dela retiravam sua subsistência. A inclusão/exclusão ocorre para tanto as chamadas terras devolutas quanto nas Companhias Privadas de Colonização.

O conflito envolvendo Gaudêncio dos Santos e o Capitão Belo provam isso. Não foram os únicos casos deste período (GRITTI, 2020, p. 554).

A historiadora Isabel Gritti (2020) nos apresenta uma ideia interessante ao colocar Gaudêncio dos Santos sob a perspectiva da luta pela terra. Ela salienta que assim como os imigrantes, este bandido também foi parte de uma exclusão forçada da propriedade, vítima de um sistema econômico que retira o nacional e coloca o imigrante.

São nesses espaços vulneráveis que a potencialização da violência, crimes e saques, favorecem bandoleiros a formarem seus grupos, instigando o aumento de conflitos entre nacionais, imigrantes e caboclos, sendo que Gaudêncio do Santos faz parte dessa última classe.

De acordo com Ardenghi (2003), são os caboclos que se aliam aos grupos maragatos, representados por coronéis locais e tropas revolucionárias de Felipe Portinho.

Figura 5 – Rebeldes sob Comando de Felipe Portinho em Erechim



Fonte: AHRS Pasta 13 – Envelope17.

Finalmente, nesse subcapítulo se apresentou a formação da região de Erechim a partir da colonização sem desprezar que os indígenas, antes desse processo, já povoavam essas terras e acabaram vítimas desse processo. E foi esse mesmo processo de modernização e colonização que acabou por colocar Gaudêncio dos Santos nas fileiras maragatas, recrutado por Felipe Portinho.

3.2 Um olhar sobre relatos e documentos

Como colocado anteriormente, o Rio Grande do Sul fora comandado por uma elite política positivista sob o comando de Júlio de Castilhos desde os fins do século XIX até meados do século XX. No norte do Rio Grande do Sul, na atual região de Erechim nos anos de 1908 a 1927, a cidade de Boa Vista do Erechim como era conhecida, também passa por um processo político onde os responsáveis pela gestão do município eram nomeados pelo presidente do estado.

Em 1918, como aponta Illa Font (1983), o então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, nomeia o Dr. Ayres Pires de Oliveira como primeiro intendente do 72º município de Boa Vista do Erechim.

No período de Borges de Medeiros (1913-1928), a região de Erechim era

uma região de reocupação e colonização tardia em razão de várias questões, dentre as quais a não resolução, até então da presença intensa de indígenas kainkang, mas que incorporava uma grande importância para a esfera pública e para o desenvolvimento econômico e controle social dessa parte do estado (CARON; TEDESCO 2020, p. 482).

Conforme aponta Ducatti Neto (1981), na região do Alto Uruguai na década de 1920, onde se localiza a cidade de Erechim e seus redutos (Quatro Irmãos, Vau Feio e Floresta), se encontravam cerca de três grupos de revolucionários considerados pelo Estado como bandoleiros:

um destes grupos, ao mando de Gaudêncio dos Santos, operava na região de São Valentim; outro chefiado por João Inácio, na zona de Lageado Grande, e ainda um terceiro grupo sob as ordens de José Calegari, operava na região de Monte Alegre Rio Carolina (DUCATTI NETO, 1981, p. 138).

Diferentemente de Gaudêncio dos Santos, João Inácio, oriundo de Lagoa Vermelha também, no ano de 1924, desloca-se às proximidades da região do Alto Uruguai para acompanhar as expulsões dos caboclos da Fazenda Sarandi e, juntamente com Simeão Machado, foram os articuladores dos movimentos rebeldes no distrito de Passo Fundo. De acordo com Caron e Tedesco (2020),

na segunda década do século XX, essa colônia em franco dinamismo na apropriação da terra e produção por colonos de outras regiões, revela as contradições e a produção da marginalização dos caboclos e pequenos camponeses (posseiros e/ ou pequenos proprietários, trabalhadores expropriados da terra). João Inácio corporifica esse processo de esbulho [...] João Inácio e seu “bando” são vistos por alguns da historiografia local como revoltosos políticos ligados ao movimento revolucionário que convulsionou a região nos anos 1923 – 1924, mas que, em nosso entender, é um deliberado desvirtuamento das suas verdadeiras causas (CARON; TEDESCO 2020, p. 485).

Diante do exposto, percebe-se que João Inácio tinha como objetivo principal garantir a posse da terra em que ele, sua família e mais oito famílias viviam na região do Vau Feio, à época Colônia de Erechim (CARON; TEDESCO 2020). Porém, Ducati Neto (1981, p. 136) aponta que na Região de Erechim, os remanescentes da revolução de 1923 e 1924, chefiados por João Inácio e seu bando, “dão início a um período de tropelias e atentados contra a vida e as propriedades dos pacatos colonos”.

Cabe ressaltar que o adjetivo de bandoleiro, tanto no caso de João Inácio quanto de Gaudêncio dos Santos recaiu:

sobre muitos dos elementos revolucionários sul-rio-grandenses que se levantaram em oposições à perpetuação de Antônio Augusto Borges de Medeiros na Presidência do Estado do Rio Grande do Sul, eleito para o quarto pleito seguido, em 1922. Os descontentamentos com a política estadual englobavam uma série de reivindicações de diversos revolucionários, bem como a diversidade daqueles que fizeram oposições armadas às forças da Brigada Militar (CARON; TEDESCO 2020, p. 509).

Gaudêncio dos Santos, João Inácio e José Calegari, com seus grupos de bandoleiros, iniciam suas incursões na região de Monte Alegre, distrito da atual cidade de Barão de Cotegipe, levando presos pequenos proprietários de terra para o seu acampamento no rio Carolina, no

intuito de recrutamento de forças armadas para aumentar o contingente de seus bandos (DUCATTI NETO, 1981).

Verte claro e cristalino na situação da cidade de Erechim e seus distritos, a quantidade de grupos revoltosos que assolam e espalham medo e terror nas suas redondezas entre os anos de 1925 e 1927, tornando-se corriqueiros os pedidos de ajuda da força policial para o combate do banditismo que se mantinha nas regiões mais distantes do centro do município, em lugares de mata ou de difícil acesso (CARON; TEDESCO, 2020). Nesse cenário viu-se a necessidade de procurar relatos de quem testemunhou o referido período. Os entrevistados, senhor José Remus e Zigmund Remus, contribuíram com suas memórias, mesmo que enfraquecidas pelo avançado da idade e muitas vezes revelando somente o que lhes fora contado por seus pais.

Foi neste período de 1923 a 1927 que a família Remus viveu na comunidade do Canarinho, pertencente hoje ao município de São Valentim e que tinha a região do Tapir como parte integrante. Durante a conversa com João Remus, encontramos resquícios de como era a vida no campo na década de 1920, sitiada por bandoleiros, chimangos e maragatos. João relatou que:

o falecido nono Remus contava daquela revolução que deu em 23 e 27 e 28, aquelas revoluções eu o falecido avo era do governo e os outros era do contrário, ele puxava por governo. [...] Laudelino, Omero o outro disse primeiro esqueci, um belo dia apareceu a carta desse tal de Omero que era daqui do Vau Feio, aí veio aquela carta e daí uma turma de gente, ninguém sabia ler essa carta. Aí pediram pro falecido vô se ele sabia ler essa carta. [...] Ele leu uma vez, e aí mandaram ele ler outra vez pra ver se ele leu certo ou não, e daí quando viram que ele leu certo eles disseram: nós vamos precisar do senhor, o senhor vai ficar com nós, nós não vamos lhe fazer nada, mas o senhor vai ter que viver junto com nós. Tá e daí a falecida vô ficou meio assim, mas concordou tudo com ele [...] Ninguém sabia escrever e tinha que entregar a resposta para esse tal de Omero que era de Vau Feio [...], mandaram ele escrever uma carta, pra levar pra esse de Vau Feio, aí quando eles levaram essa carta, eles pediram pra ele levar essa carta e voltar [...]. Aí ele escreveu a carta, e mandaram ele ler o que ele escreveu e depois mandaram ele ler aquela carta de novo pra ver se ele escreveu o que eles pediram. Se ele escreveu certo, aí no outro dia pediram pra ele levar essa carta lá do Canarinho até o Vau Feio, eles disseram: o senhor não foge, leva essa carta e entrega pra eles e volta aqui com nós, porque nós precisamos do senhor. Ele prometeu que sim. Daí ele pegou a carta que deram pra ele levar, e naquele tempo era tudo mato, e jogou a carta fora (*risos*) (REMUS, 2021).

Seguindo, percebemos que Laudelino, irmão de Gaudêncio dos Santos, também um bandoleiro que vivia entre a região do Tapir e possivelmente seria o braço itinerante do bando

de Gaudêncio, pois, assim como o senhor João Remus nos conta, Laudelino dos Santos transitava entre a região do Vau Feio e do Tapir. Esses bandoleiros viviam de incursões sobre as propriedades dos colonos, como relatou Zigmund:

Quando chegavam em uma casa, o que encontravam, queijo, salame, o que encontravam pegavam e nem pediam. Não pediam nada. Pegavam o que tinha e levavam junto. Além da carneação que faziam como eles queriam, eles que preferiam o tipo de animal, como o João falou, não aquilo que a gente podia não fazer tanta falta daquele animalzinho que fosse, não sei se era uma vaca ou como que dava leite (REMUS, 2021).

Esclarece ainda Zigmund, que esses bandoleiros atacavam sua família tanto na sua propriedade como quando em viagens para comprar produtos de subsistência:

Eu, uma ocasião, vou contar meu fato aqui que eu tenho no início. Eu vinha de uma compra, que eu fui fazer lá fora, no comerciante. E aí eu vinha vindo com uma égua branca, essa égua era mansa, era muito bonita, encilhada bem de acordo e eu passei um rio. No outro lado do rio eles me atacaram, quiseram a égua e eu não quis entregar e eles forçaram prá entregar, mas depois se compadeceram. Eu comecei a chorar, se compadeceram que podia ir em casa, daí eu fui em casa no dia seguinte e vieram pegar a égua encilhada. Quiseram e obrigaram levar essa égua para eles andarem de um lado e outro com esse animal. Não sei se tu lembras, acho que foi mais ou menos no mesmo tempo. Depois que andaram os Chimangos, acabou com os Maragatos, dominaram afinal né, então aparece a égua magra, sem coisa nenhuma. Não sei onde foios pelego, (inaudível), não sei onde é que foi. Ela apareceu magrinha e daí nós tratamos de cuidar para ela poder viver (REMUS, 2021).

Os irmãos continuam o relato dizendo:

JOÃO REMUS: Sim, eles levaram aquela égua e levaram aquele cavalo e um periquito que tinha o falecido pai. Levaram aquele também. Depois daí a égua foi entregue e o cavalo de lá uns tempos apareceu em casa, decerto fugiu pra eles sei lá. [...]

ZIGMUND REMUS: É, escapou das mãos dele. Eu me lembro daquilo, que ele segurava na mão, no (inaudível) assim, né. Ele falava...era um passatempo nosso, principalmente do pai. E assim que aconteceu os fatos. Tinha que se entregar pra eles do jeito que eles queriam. Depois aquela revolução terminou no tempo do Getúlio Vargas. [...]

JOÃO REMUS: Foi mil novecentos e trinta ou trinta e poucos, não me recordo. [...]

ZIGMUND REMUS: Mas então o Chimango fazia uma valeta de mais ou menos um metro e meio pra se esconder contra os outros do outro lado e os

outros do outro lado também tinha valetas mais ou menos dessa fundura. Então batalhavam um grupo contra o outro prá então...quando atiravam tinha que se abaixar porque vinha bala do outro lado, tanto de um lado quanto do outro. Assim que os Maragata era um número maior de pessoas, então não sei como saíram. Uma parte ficou batalhando, atirando contra o Chimango, né, e outra parte fizeram a volta, atravessaram o rio e vieram ali onde tava o Chimango e mataram uns quantos ali. Eles eram em número maior e eram criminosos, né. Daí o governo mandou outra corte pra reforçar o Chimango, pra batalhar contra eles porque o povo não aguentava mais, né, essa vida das pessoas maldosas, né, que eles iam de casa em casa fazendo maldade, fazendo coisas que a gente não esperava (REMUS, 2021).

Esta conversa expõe a memória atormentada pelos sacrifícios de uma família de colonos frente aos saques e maus tratos que recebiam de integrantes dos grupos de bandoleiros ali estabelecidos.

A vida no interior da Colônia de Erechim revela-se de constantes intrigas e ameaças de bandoleiros sendo perturbada por essas forças rebeldes que se locomoviam constantemente pelas redondezas atrás de apoio, recrutamento e alimento, usando muitas vezes da selvageria e abusando dos conhecimentos dos pequenos proprietários descendentes de imigrantes europeus para tirar suas devidas vantagens.

Estes encontros entre produtores rurais, imigrantes e bandidos mostram a necessidade do deslocamento de forças governamentais com intuito de findar com conflitos e saques na referida região.

A pacificação ocorre mais precisamente no ano de 1927, conforme se pode apurar nos arquivos do 2º Batalhão da Brigada Militar, hoje localizado na cidade de Rio Pardo, município que em 1927 pertencia a Santa Maria. Segundo documentação da Brigada Militar, registrou-se um embarque de forças policiais militares em função dessa questão.

EMBARQUE DA FORÇA

Embarcou hontem, às 17 horas para Boa Vista do Erechim conforme estava determinado o 2º Btl.I., com o effectivo de 16 officiaes e 231 praças[...] Este Comando recebeu o seguinte telegrama: “Boa Vista às 6 e 38 horas sem novidade. Destacamento Nonohay ficou P. Fundo afim seguir esta manhã seu destino. Tte. Cel. Barcellos”. (Do boletim do comando Geral da Brigada sob nº 148 de 29/6/927)

(2º BATALHAO DA BRIGADA MILITAR, 1927, p. 315)

Percebe-se que durante mais de 4 anos, a população que vivia na região de Erechim sofreu com os abusos dos denominados bandoleiros, porém vale questionar o que levou a demora do contingente de apoio que tinha por finalidade pacificar tal região.

Ao analisarmos a documentação do 2º Batalhão da Brigada Militar, percebe-se que por mais que o deslocamento tenha vindo com grande contingente, a força policial tinha também que se preocupar com a região que abrangia Erechim, Marcelino Ramos, Nonoai, São Valentim e Ponte Preta, localidades sitiadas por grupos de bandoleiros, fazendo com que o corpo policial necessitasse de mais recrutamento local.

O recrutamento passa a ser mais frequente, conforme apontam os boletins da Infantaria da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Um, publicado no dia 20 de agosto de 1927, determinava que:

Seja incluído no estado effectivo, da Brigada e no 2º Btl.I., como re-engajado por 2 annos, o ex-praça desta Bda. MARIO JOSÉ BERNARDES, filho de Antonio José Bernardes, natural deste Estado (Viamão), solteiro, nascido a 9 de Agosto de 1897, musico, com 1m. e 72 de altura, barba feita, bocca grande, cabellos castanhos, côr morena, nariz affilado, olhos castanhos, rosto comprido, sabendo ler e escrever, já vacinado e sem signaes particulares. (2º BATALHAO DA BRIGADA MILITAR, 1927, p. 366).

Outro, publicado no dia 21 de setembro de 1927 determinava que:

Seja incluído no estado effectivo da Brigada, para servir pelo tempo regulamentar no 2º Btl.I., ficando considerado destacado em Candelaria o voluntario JOÃO FRANCISCO MACHADO, filho de José Rufino Machado, natural deste Estado, solteiro, nascido em 1902, agricultor, com 1m. e 74 de altura, barba raspada, boca regular, cabellos pretos carapinhos, cor indistica, nariz chato, olhos castanhos, rosto oval, analfabeto, não vacinado e com uma cicatriz no pulso da mão direita, a contar de 1º do andante. (2º BATALHAO DA BRIGADA MILITAR, 1927, p. 410).

As causas que levam a esse recrutamento local são devidos também a fatores como deserção e transferência de destacamentos como aparece no Boletim nº 233:

EXCLUSÃO

seja excluído do estado effectivo do Btl., e da 1ª Cia., o soldado José De Quadros da Silva por crime de deserção [...]. Se excluído do estado effectivo

do Btl., e da 1ª Cia., o soldado Brazilhano da Silva Costa, por ter sido elevado ao posto de Cabo de saúde para o S.S.V., conforme transcrição acima [...].

PRISÃO

seja preso por 6 dias, o soldado da 1ª.Cia. Josino Gonçalves Ribeiro, por ter faltado propositalmente a instrução na sua Cia., hoje pela manhã (R.D.P.art.2º.

16)

(2º BATALHAO DA BRIGADA MILITAR, 1927, p. 360).

Além desses fatores, as forças militares também recolocavam em seu contingente, efetivos capturados após deserção:

PRAÇAS CAPTURADAS

O commandante do destacamento de Marcellino Ramos, comunicou em officio nº 1 de hoje datado ter capturado na madrugada de hontem os soldados deste Btl. João Antônio dos Santos, e Getulio Gutterres Barbosa, que se achavam ausentes sem licença tendo mandado apresenta-los a este Btl., por uma escolta daquele destacamento.

(2º BATALHAO DA BRIGADA MILITAR, 1927, p. 345).

Frente aos boletins policiais, percebe-se que, tanto os bandoleiros quanto as forças policiais do Estado faziam seus recrutamentos de modo forçado, não se preocupando com qualificações, apenas com quantidade. No caso das forças do Estado, os recrutados contavam com a vantagem do tempo de serviço ser em contado em dobro, porém, deveriam também estes servir contra as forças rebeldes em outros Estados, como mostra Decreto transcrito pelo Cândido Barcelos em Boletim Militar de nº 3879 de 15 de Agosto de 1927:

Art 1º - Será contado pelo dobro, para a reforma dos officiaes e praças da Brigada Militar, o tempo durante o qual prestarem serviços em defesa da ordem e das leis.

Art. 2º - Esse tempo deve ser compreendido de 13 de Julho de 1924 a 28 de fevereiro do corrente anno, em que a força estadual prestou serviços para repressão do movimento revolucionário neste e em outros Estados da União (2º BATALHAO DA BRIGADA MILITAR, 1927, p. 377).

Por outro lado, aqueles que se uniam aos grupos de bandoleiros, como no caso Gaudêncio dos Santos, tinham como promessa apenas a incerteza de conseguirem ou não, um pedaço de terra, lutando contra as forças governamentais a mando de coronéis como Felipe Portinho.

Em suma, Gaudêncio dos Santos pertence a um meio onde precisa dominar para se defender dos ataques das forças policiais, para isso, provavelmente, ele tenha adotado táticas semelhantes a Pancho Villa e Emiliano Zapata, bandidos oriundos da Revolução Mexicana e denominados por Vanderwood (1992) como bandidos guerrilheiros, que se juntavam a algum dos lados da guerra civil devido a seus conhecimentos da geografia local donde se travavam os conflitos entre as forças rebeldes e governamentais mexicanas. Da mesma forma como mostra Vanderwood sobre o México, no caso do Rio Grande do Sul, a escolha de Gaudêncio foi se somar aos maragatos. No próximo subcapítulo iremos analisar essa escolha de Gaudêncio tendo o caso do México, onde Vanderwood explica a ideia de bandido guerrilheiro, como referência teórica.

3.3 Gaudêncio, um “bandido guerrilheiro”

Vanderwood (1992) tipifica a palavra guerrilheiro atrelada ao bandido no momento da Guerra Civil Mexicana, quando forças rebeldes se voltam com armas contra um governo considerado por eles como opressor e excludente. A Guerra Civil de 1923 no Rio Grande do Sul possui especificidades paralelas à Guerra Civil Mexicana que também apresenta bandidos como força opositora ao governo. Isso faz com que esses rebeldes usem todo tipo de táticas, improvisadas ou não, como meio de confrontar os que os querem excluir. Então, se faz necessário aqui, apresentar tópicos da Guerra Civil Mexicana para possível aproximação com Gaudêncio dos Santos e a Guerra Civil do Rio Grande do Sul.

No ano de 1905 no México, devido à alta inflação e o aumento da dívida nacional para com os Estados Unidos, o país se encontrava em estado caótico. O colapso do mercado de cobre e a queda da produção de prata fizeram com que se fechassem as fábricas no México. O então presidente Porfirio Dias precisava lidar com revoltas iniciadas na região de Rio Blanco devido a uma organização dos trabalhadores que protestavam contra as medidas econômicas do Estado e a violência com que o governo respondia a esses protestos dos trabalhadores (VANDERWOOD, 1992).

Fazendo uma comparação com essa Guerra Civil Mexicana, o Rio Grande do Sul era dominado também por soberanos políticos. Conforme aponta AXT (2007, p.114), “a elite dirigente precisava ainda negociar com coronéis locais”. A estrutura política rio-grandense também dependia de um sistema coronelista excludente que, posteriormente, formasse uma rede

de compromissos com o governo e tudo aquilo que fosse entendido como contrário era posto na ilegalidade.

As fortes agitações trabalhistas mexicanas numa economia enfraquecida, com sérias brutalidades são resultados de um governo com aspectos ditatoriais mantidos pela força e por uma generosidade que mantinha com a política estadunidense e que se solidifica através de fraudes eleitorais. De acordo com Vanderwood:

O furor eleitoral atingiu os estados pela primeira vez: disputas governamentais em Morelo e Sinaloa em 1909. Para Morelos, Diaz e os plantadores de açúcar do estado selecionaram o chefe de gabinete do presidente na capital, Pablo Escandón. Seus rivais selecionaram um nativo de Morelos, Patricio Leyvas, filho do primeiro governador do estado, que nem sempre tinha concordado com as políticas porfirianas. Rurales e soldados mediarão a campanha em favor de Escandón e asseguraram vitória no dia da eleição. A contagem oficial nunca foi divulgada. Mas apesar do assédio, a competição deve ter obtido uma força considerável, pois as represálias contra os leyvistas continuaram após a eleição (VANDERWOOD,1992, p. 151-152)⁷.

Mesmo com a vitória nas eleições, surgiram novas oposições dentro do governo mexicano, fazendo com que Porfírio Dias iniciasse uma série de repressões a seus opositores políticos. Usando da força policial, Dias faz com que as patrulhas prendam primeiro os apoiadores e, posteriormente, o próprio Francisco Madero, líder do movimento de resistência ao governo.

Já no Rio Grande do Sul,

não houve uma política sistemática de valorização da classe média, de incorporação do proletariado à sociedade e de investimentos direcionados à zona de colonização, muito embora tais aspectos estivessem presentes no discurso político, por vezes de forma contundente. Borges de Medeiros, por exemplo, reprimiu o movimento operário em 1919, empurrando-o quase que na íntegra para a oposição em 1923 (AXT, 2007, p. 123).

⁷ Electoral frenzy hit the states for the first time: government disputes in Morelo and Sinaloa in 1909. For Morelos, Diaz and the state's sugar planters selected the president's chief of staff in the capital, Pablo Escandón. his rivals selected a native of Morelos, Patricio Leyvas, son of the state's first governor, who had not always agreed with Porphyrian policies. Rurales and soldiers mediated the campaign in favor of Escandón and ensured victory on election day. The official count was never released. But despite the harassment, the competition must have gained considerable strength, as reprisals against the Leyvists continued after the election.

Surge então o crescimento das oposições, tanto na questão Mexicana quanto na Riograndense, dando escopo às alas oposicionistas Maragatas e Chimangas. Os Maragatos foi a ala escolhida por Gaudêncio dos Santos como possibilidade de reivindicar para si, uma gleba de terra, mesmo tendo que lutar ao lado de coronéis e estancieiros, corporificando as insurreições de 1923. Vale salientar que os Maragatos que representavam o Partido Federalista levavam em conta principalmente as insatisfações dos pecuaristas Rio-grandenses.

No México, seguiu-se então uma série de repressões e a criação de um conselho de insurgência em Guadalajara. Com a fuga de Madero da prisão, começa a repressão quem o governo achasse que estava ocultando ou ajudando na fuga de Madero, que rumou para as montanhas próximas a Rio Grande. As montanhas eram de difícil acesso e segundo o autor reunia pessoas onde se destaca uma figura em especial.

Comerciantes, diaristas, fazendeiros, vagabundos, desempregados, ambiciosos e aventureiros, em uma substancial equipe de guerrilha. Entre os recrutados estava Pancho Villa, o ex-ladrão de gado em busca de uma maneira melhor de ganhar a vida. Bom peão em uma fazenda, Villa começou sua ascensão social como ladrão de gado. Mais tarde, ele contratou equipes de trabalho para a Estrada de Ferro Orient de Kansas City, México, que estava sendo construída nos Estados Unidos, passando por Chihuahua, até o Oceano Pacífico. González raciocinou que, se Villa podia recrutar uma dúzia de tripulações malucas, ele poderia recrutar revolucionários com a mesma facilidade. Assim se oferecesse ao ex-bandido uma capitania no exército rebelde e a oportunidade de se tornar um cidadão respeitado uma vez que a revolução triunfasse, se Villa induzisse trezentos homens a se juntarem à luta contra Díaz, Villa parece não ter tido problemas para localizar a mão de obra, e em poucos dias os guerrilheiros tomaram Guerrero⁸ (VANDERWOOD, 1992, p. 153).

A semelhança dos bandoleiros mexicanos em comparação a Gaudêncio e seu bando, se encontra na tentativa de ambos os rebeldes estarem vinculados a uma seleção de recrutamento baseada na escolha daqueles que outrora eram considerados os excluídos.

O General Portinho, chefe das tropas que se encontravam na região do Tapir, conseguiu através das classes menos abastadas reunir centenas de revolucionários retirados das zonas mais instáveis do Estado gaúcho, negociando, assim como feito no México, as contratações de

⁸ Merchants, day laborers, , farmers, vagrants, unemployed, ambitious and adventurous, in a substantial guerrilla team. Among the recruits was Pancho Villa, the former cattle thief looking for a better way to make a living. A good farm hand, Villa began his social ascent as a cattle thief. He later hired work crews for the Orient Railroad from Kansas City, Mexico, which was being built in the United States, through Chihuahua, to the Pacific Ocean. González reasoned that if Villa could recruit a dozen crazy crews, he could recruit revolutionaries just as easily. So if the ex-bandit was offered a captaincy in the rebel army and the opportunity to become a respected citizen once the revolution had triumphed, if Villa induced three hundred men to join the fight against Díaz, Villa seems to have had no trouble locating the manpower, and in a few days the guerrillas took Guerrero

bandoleiros, excluídos e caboclos, dando corpo à forma de recrutamento guerrilheiro colocada, apontada e definida por Vanderwood como bandidos guerrilheiros.

Após o recrutamento dos menos favorecidos,

os guerrilheiros não podem arriscar nem mesmo uma pequena derrota em uma batalha campal, então os rebeldes do México escolheram cuidadosamente seus tempos e lugares para garantir surpresa e superioridade numérica. Os federais, enquanto isso, chafurdavam em problemas logísticos, de comunicação e táticos. Atendendo à direção pessoal do presidente, os comandantes de campo não agiam sem ordens da capital e, portanto, nunca desenvolveram a estratégia agressiva e coordenada necessária para combater com sucesso os rebeldes. Soldados federais lutaram bem, até heroicamente, assim como os Rurales, mas, em menor número duas, três, cinco vezes, eles tiveram poucas chances de vencer confrontos individuais. Superioridade sobre os insurgentes, pois os objetivos devem ser mantidos e higienizados contra a propaganda e o pessoal revolucionários infecciosos⁹ (VANDERWOOD,1992, p. 155).

Dessa maneira, os conflitos entre guerrilheiros e federais marca o início do movimento armado mexicano. A pressão e destreza dos guerrilheiros, fizeram com que o governo iniciasse uma série de negociações, colocando em pauta principalmente a reforma agrária. As fortes pressões que o governo de Porfírio enfrentava, fizeram até mesmo com que seu general mais experiente entregasse suas tropas em troca de uma propriedade com água:

Depois de Casas Grandes, a posição política do regime deteriorou-se progressivamente. Tentativas de negociar a paz, propostas de reformas agrárias e mudanças de gabinete foram corretamente interpretadas pelos rebeldes como sinais de fraqueza. Os insurgentes sabiam que não precisavam fazer concessões, que a vitória estava próxima. A conciliação oferecida por Díaz apenas encorajou os revolucionários a aumentar as apostas pela paz. Com o resultado visível, embora não bem definido, os subordinados e apoiadores do ditador começaram a desertar. Deve ter sido especialmente doloroso para Díaz saber que um de seus melhores comandantes de campo, o general Rómulo

⁹ Guerrillas cannot risk even a small defeat in a pitched battle, so Mexico's rebels carefully chose their times and places to ensure surprise and numerical superiority. The feds, meanwhile, were wallowing in logistical, communications, and tactical problems. Heeding the personal direction of the president, field commanders did not act without orders from the capital and therefore never developed the aggressive and coordinated strategy necessary to successfully fight the rebels. Federal soldiers fought well, even heroically, as did the Rurales, but outnumbered two, three, five times, they had little chance of winning individual clashes. superiority over insurgents as objectives must be maintained and sanitized against infectious revolutionary propaganda and personnel ¹¹ After Casas Grandes, the political position of the regime progressively deteriorated. Attempts to negotiate peace, proposed land reforms and cabinet changes were correctly interpreted by the rebels as signs of weakness. The insurgents knew they didn't need to make concessions, that victory was near. The conciliation offered by Díaz only

Cuéllar, se ofereceu para entregar toda a sua unidade aos rebeldes em troca de uma fazenda com água¹¹ (VANDERWOOD, 1992, p. 157).

Diferentemente do caso mexicano, na revolta civil de 1923 no Rio Grande do Sul, bandoleiros vinculados aos federalistas como o grupo de Gaudêncio dos Santos, por mais que se aproximassem das referidas características, nunca conseguiram um pedaço de terra. Diferentemente, ainda, o caso de João Inácio nos mostra que este sim conseguiu um pedaço de terra oriundo de intrusões, como aponta Tedesco e Caron (2020),

Pelas notícias veiculadas na imprensa da época a que se pensar que a retirada de João Inácio e seu grupo dos matos de Vau Feio e das redondezas de Quatro Irmãos resolveu o problema das intrusões na fazenda. Após o assentamento do grupo de João Inácio em Santa Rosa, a imprensa não mais noticiou os conflitos em Quatro Irmãos, nem fez referência aos intrusos que “infestavam” a região. No entanto, as intrusões continuaram, bem como os conflitos entre os representantes da companhia e os intrusos. [...] João Inácio e sua gente já estavam assentados na colônia Santa Rosa. Com isso fica demonstrado que as intrusões e os “atos de violência” na fazenda Quatro Irmãos não foram atos executados apenas pelo grupo de João Inácio (TEDESCO; CARON, 2020, p. 526-527).

Gaudêncio dos Santos, acreditava que lutando ao lado de políticos como Felipe Portinho conseguiria aderir a uma gleba de terra se colocando como porta voz de expropriados, mesmo que atacasse muitos deles, para negociar com as forças governamentais sua rendição em troca de uma terra para ele e seus pares e não para todos os que lá habitavam, conforme consta em Ata lavrada em 1927:

Aos vinte e oito dias do mez de junho do anno de mil novecentos e vinte e sete, nesta Villa de Boa Vista de Erechim, no acampamento do 2º Batalhão de infantaria, compareceram os Srs. Marcos Antonio Ochoa e Eurydes Castro, membros da “Alliança Libertadora”, os Srs. Pedro Pinto de Souza, intendente municipal, e João Cancio Bastos, delegado de Polícia, a convite do tenente coronel Candido Pinheiro de Barcellos, commandante da unidade acima referida, que explicando os fins da reunião e o motivo da vinda do batalhão a este município. Disse que o Sr. Presidente do Estado o enviou com o corpo a seu commando, para esta localidade, em resposta a um telegramma, dirigido a S. Excia pelo senhores Marcos Ochoa e Eurydes Castro, presidente e secretário, respectivamente, da Alliança Libertadora local, e assim desejava ouvi-los e combinar os meios para levar a bom termo o objectivo da sua

encouraged the revolutionaries to raise the stakes for peace. With the result visible, though not well defined, the dictator's subordinates and supporters began to defect. It must have been especially painful for Díaz to learn that one of his best field commanders, General Rómulo Cuéllar, offered to hand over his entire unit to the rebels in exchange for a farm with water.

missão. Após terem aquelles senhores mostrado a cópia do telegramma aludido, expuseram suas queixas na sua quase totalidade eram contra attentados e perseguições do pessoal do 30º Corpo Auxiliar, aqui aquartellado, não se mostrando descontentes com a acção dos senhores intendentes, nem delegado. Depois de ouvi-los attentamente, passou o tenente coronel Barcellos a explicar-lhes as providencias já tomadas e as que tinha em vista, todas ellas em bem da paz e prosperidade do Rio Grande, e de acordo com as instruções recebidas do Sr. Presidente do Estado, mostrando-se os senhores Ochoa e Castro Satisfeito com a explicação feita pelo tenente coronel Barcellos, a quem prestaram a maior attenção, manifestando-se muito gratos pela consideração dispensada pelo Exmo Sr. Presidente do Estado as suas reclamações, declararam ainda confiarem inteiramente no segundo batalhão, tanto assim que iam iniciar o trabalho de apresentações de seus companheiros, convictos de garantias que lhes facultava o governo. Ficou assertado que: a) os senhores Marcos Ochoa e Eurydes Castro, iriam percorrer os logares onde se achavam os elementos sediosos, não só para fazer-lhes conhecer a missão pacífica do segundo batalhão e seus destacamentos já colocados em Nonhay e Marcelino Ramos, como também convencê-los a se apresentarem, entregando as armas de guerra que possuírem, o que se deverá fazer em dia previamente combinado e no povoado de “Floresta”, onde aquelles membros da Alliança aguardarão a chegada do tenente coronel Barcellos, acompanhado de alguns officiaes do seu batalhão e dos senhores intendentes e delegado de polícia; b) expedirem immediatamente próprios a todos os recantos onde se achem seus companheiros políticos, avisando-os de que serão postos logo destacamento do batalhão em Floresta e Quatro Irmãos e que outros destacamentos serão postos aonde seja necessário para a garantia da ordem, e que todos esses destacamentos tem missão policial sem nenhuma intenção hostile contra quem quer que seja dentro da lei. Tudo combinado, lavrouse esta acta feita por mim, José Rodrigues, segundo tenente secretario do batalhão, e assignado por todos os presentes, que acharam conforme (AA) Pedro Pinto de Souza – João Cancio Bastos – Marcos Antonio Ochoa – Eurydes Castro – TteCel Candido Barcellos. [...] Ata assinada entre os representantes políticos do situacionismo e da Alliança Libertadora para pôr termo aos conflitos do Tapir e Vau Feio – actual município de São Valentim – entre forças do governo e provisórios e “cabloclos” do Cap. Gaudêncio dos Santos e João Inácio. Entre outras fontes, confira-se João Frainer, 1936 (CASSOL, 1979, p. 223-224).

Deste modo, Gaudêncio dos Santos é colocado como centro de negociação frente aos caboclos e imigrantes que na região de Floresta na região de Boa Vista do Erechim se encontravam. Como apresenta a ata acima, devido aos seus ataques tanto as forças governamentais quanto a ataques realizados a caboclos da região, a figura de Gaudêncio se faz presente como agressor e ameaça para as duas classes.

Há uma linha tênue entre ordem e desordem, pois, às vezes, não são necessariamente opostas. Observando-se os atos de Gaudêncio dos Santos e João Inácio, ambos eram alvos de

políticas relacionadas à terra, pois tornaram-se excluídos do processo de distribuição da mesma, fazendo refletir sobre a transgressão à ordem estabelecida, ou seja, tornam-se costumeiras formas de ameaça. Esses revoltosos invertem a classificação e o ponto alto é a organização de um grupo de bandoleiros guerrilheiros da mesma forma como aconteceu no caso mexicano:

Ordem e desordem não são opostos, mas uma questão de equilíbrio. Desordem substancial sempre existiu na paz porfiriana. De fato, Díaz, para uso político, havia fomentado alguns de sua autoria. O esteio de seu regime, no entanto, nunca foi sua vontade. Em vez disso, ele ofereceu prosperidade e proteção para ganhar obediência. A prosperidade suficiente não estava disponível em 1910 para as ambições bancárias que haviam sido estimuladas pelo desenvolvimento, e Díaz não pretendia redistribuir de forma mais uniforme o que já havia sido acumulado. Tampouco possuía a força necessária para proteger os ganhos estabelecidos. Assim, a desordem tornou-se a ordem do dia; era a maneira de aliviar frustrações e cumprir satisfações pessoais. De modo algum Francisco Madero poderia satisfazer esses impulsos, mesmo que pretendesse, e provavelmente não o fez. Muitos de seus revolucionários abraçaram a desordem como meio para uma mudança substancial, e muitos imaginaram um novo México que de forma alguma correspondia aos planos de seu proclamado líder¹⁰ (VANDERWOOD,1992, p. 157-158).

Tem semelhança entre o caso apresentado no Rio Grande do Sul e a Guerra Civil Mexicana. No México os guerrilheiros iniciam uma série de solicitações exigindo trabalhos lucrativos e o chefe rebelde em Campeche exigiu para si o cargo de Governador e os guerrilheiros e bandidos começam a fazer saques, invadir fazendas, libertar criminosos e até mesmo atiravam em moradores que tentassem proteger suas propriedades e dinheiro. Neste período também se inicia uma série de capturas e perseguições a estrangeiros que lá viviam, principalmente os estadunidenses e alemães.

No caso mexicano, entre bandidos com estereótipos de pacificador e mediador entre guerrilheiros, forças governamentais e policiais, se destaca Francisco Madero. O líder da revolta contra o governo de porfírio Diaz assumiu a presidência em novembro de 1911 propondo uma reforma de classe, buscando até num chefe de armas porfiriano, uma alternativa para estancar a

¹⁰ Order and disorder are not opposites, but a matter of balance. Substantial disorder has always existed in Porphyrian peace. In fact, Díaz, for political use, had fostered some of his own. The mainstay of his regime, however, was never his will. Instead, he offered prosperity and protection to gain obedience. Sufficient prosperity was not available in 1910 for the banking ambitions that had been stimulated by development, and Díaz did not intend to more evenly redistribute what had already been accumulated. Nor did it possess the strength to protect established gains. Thus, disorder became the order of the day; it was the way to alleviate frustrations and fulfill personal satisfactions. In no way could Francisco Madero satisfy those impulses, even if he wanted to, and he probably didn't. Many of its revolutionaries embraced disorder as a means to substantial change, and many imagined a new Mexico that in no way corresponded to the plans of its proclaimed leader.

série de violência e saques que continuavam mesmo com a vitória. Mas a nomeação deste exchefe porfiriano, o general Clemente Villasenõr, faz com que os revolucionários guerrilheiros se perguntassem o motivo de tal substituição, pois, não admitiam a substituição de um rural por um porfiriano para comandar as tropas guerrilheiras, com isso Madero dá um sinal de quebra da fé em seu próprio grupo (VANDERWOOD, 1992).

Com o início dessa nova fase da guerra civil mexicana com Madero na presidência, o governo propõe a troca de armas dos rebeldes por dinheiro, dando início a outra série de negociações entre o novo governo e os rebeldes. O novo governo, pós revolucionário, na concepção do governo norte-americano, liderado por Woodrow Wilson, priorizando os interesses políticos americanos dentro do México, afirmava que não reconhecia um governo advindo daqueles que “apoderam o poder do governo para promover seus próprios interesses”. No entanto as forças camponesas de Zapata, no sul do México e de Villa com seu apoio em Chihuahua no norte do México, articulam o movimento de reforma agrária como meio de conter as insatisfações dos excluídos.

No outono de 1911, as negociações com Emiliano Zapata haviam se deteriorado em rebelião, limitada principalmente a Morelos, mas ferozmente destrutiva e ameaçando se expandir. Zapata exigiu flexibilidade de propriedade para os camponeses do estado, mas Madero estabeleceu prioridades rígidas: primeiro a paz (entregar suas armas), depois a reforma agrária. Zapata via as coisas ao contrário. O debate terminou quando as tropas federais sob o comando de Victoriano Huerta ignoraram as ordens de Madero para ficarem perto de Cuernavaca e avançaram em direção aos pontos fortes zapatistas. Um homem astuto e perigoso, este Huerta. Madero ordenou que Huerta fosse demitido por essa desobediência, mas Zapata já havia perdido a confiança na Revolução de Madero. Agora ele travaria suas próprias batalhas (VANDERWOOD, 1992, p. 163)¹¹. No conjunto da Guerra Civil mexicana, o movimento revoltoso venceu conduzindo Francisco Madero ao governo. Aconteceu que o governo de Madero não conseguiu atender aos desejos dos revolucionários, o que fez com que Emiliano Zapata, um dos principais líderes da revolta armada, ficasse contra Madero também. O grupo do ex-presidente porfirio Diaz se reorganizou e acabou retomando o governo do México. Madero renunciou e acabou assassinado em 1913. A história da guerra Civil mexicana é rica, mas

¹¹ By the autumn of 1911, negotiations with Emiliano Zapata had deteriorated into rebellion, limited mainly to Morelos but fiercely destructive and threatening to expand. Zapata demanded property relief for the state's peasants, but Madero set strict priorities: first peace (turn over your weapons), then land reform. Zapata saw things the other way around. The debate ended when federal troops under Victoriano Huerta ignored Madero's orders to stay close to Cuernavaca and advanced towards Zapatista strongholds. A cunning and dangerous man, this Huerta. Madero ordered Huerta fired for this disobedience, but Zapata had already lost confidence in Madero's Revolution. Now he would fight his own battles.

como comparação com o caso aqui do Rio Grande do Sul, o principal é que uma guerra civil é um momento importante em que as pessoas podem participar do evento escolhendo algum dos lados porque ela entendem que podem melhorar sua situação de vida. Assim que o bandido guerrilheiro é explicado por Vanderwood.

Da mesma forma dos guerrilheiros mexicanos, Gaudêncio dos Santos percebe a aproximação do final do conflito e tenta fazer acordos. Assim como aconteceu com alguns revoltosos mexicanos, Gaudêncio recebeu promessas mas o desfecho não foi como o bandoleiro planejou. Ducatti Neto (1981) narra assim essa passagem da história de Gaudêncio:

A coisa começou quando o grupo se viu isolado. Encurralado no Tapir, foi preciso resolver a maneira de como comer, começando, então, as incursões pela colônia. Para enfrentar os desordeiros, vieram as tropas de fora, [...]. Em Erechim mesmo foi organizado um corpo provisório, no qual se destacaram os senhores Genico Bento e Dr. Mário Vilanova. Estabeleceu-se o cerco na região do Tapir. Mas o Tapir resistiu espetacularmente durante muito tempo. Houve encontros e tiroteios esparsos, mas combate mesmo não houve (DUCATTI NETO, 1981, p. 134).

Enquanto encurralado, Gaudêncio dos Santos procura na religiosidade a aproximação dele e seu bando com algo que os conforte emocionalmente:

Certa ocasião, por intermediação de Agripino, Gaudêncio conseguiu que o vigário de Erechim fosse rezar missa no acampamento, em plena mata. Os que assistiram o ato, dizem que foi um espetáculo de fé. O Padre batizou e visitou os doentes (não havia feridos), mas na volta a guarda governista prendeu o acompanhante do Padre (Sr. Máximo Folador), que era portador de um papel escrito do Agripino para gente da vila (DUCATTI NETO, 1981, p. 134-135).

Depois de dias encurralado, Gaudêncio dos Santos vai ao encontro do piquete governista, supostamente acreditando no que estava estabelecido como condição do governo para renderse:

O caboclo cumpriu a sua palavra e veio para entregar as armas a um piquete governista. E foi ali que se deu o fato mais doloroso. O que houve foi a mais covarde traição. Gaudêncio, Laudelino e mais dois companheiros foram manietados e levados até a margem do rio Liso. Lá, depois de amarrados a um tronco e depois que Gaudêncio manifestou sua revolta foram sumariamente fuzilados. Era o dia 25.5.1927. comandou o fuzilamento o tenente Manoel Patrício (DUCATTI NETO, 1981, p. 135).

Por fim neste capítulo, utilizamos a bibliografia de Vanderwood para denominar Gaudêncio dos Santos um “bandido guerrilheiro”. Foi necessário trazer a Revolta Mexicana do início do século XX para comparar e teorizar sobre a revolta civil Rio-grandense de 1923 para o devido comparativo. Como no caso do México, o Rio Grande do Sul viu no banditismo uma aproximação com o terror, a violência e o saque realizado por aqueles que viviam escondido nas regiões mais remotas do Estado, que faziam da luta social e política também uma luta por vingança e interesses próprios.

Sobre Gaudêncio dos Santos, o que defendemos que da mesma forma como aconteceu no caso mexicano, a guerra civil no Rio Grande do Sul quando colocou dois grupos políticos em conflito, ofereceu para este jornaleiro de Lagoa Vermelha a chance de lutar por um dos lados e através dessa luta alcançar ascensão na sua vida através de algum ganho que nesse caso seria a conquista de um pedaço de terra, já que ele havia perdido a sua propriedade naquele caso em que foi avalista em um banco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gaudêncio dos Santos, o homem, o bandido e o bandido guerrilheiro, configurado neste trabalho, nos aproximam da figura de um indivíduo ambíguo, pois, ao passo em que o encontramos presente na Revolução Federalista de 1923 ao lado dos maragatos, que lutam por uma retirada dos borgistas da presidência do Estado do Rio Grande do Sul, é, ao mesmo tempo, um indivíduo sanguinário e agressivo, como aponta os relatos descritos e falados presentes neste ensaio.

Primeiramente vale salientar que Gaudêncio dos Santos, assim como João Inácio, outro bandido que na região do Boa Vista de Erechim vivia durante o período da Revolução e que também lutava ao lado dos federalistas, buscam na revolução uma aproximação dos bens que outrora perderam. Gaudêncio busca através da Revolução Federalista de 1923, uma área de terra para si e sua família e não uma divisão social da terra no estereótipo de pioneiro de uma reforma agrária ou na distribuição igualitária de terras para aqueles que já não detinham mais.

No começo da dissertação consegue-se observar que Gaudêncio dos Santos pode ser colocado como um defensor dos menos favorecidos porque também é um homem comum, trabalhador por jornada, com alguma posse e que se dispõe a avalizar para alguém que também pretendia algum recurso para melhorar de vida honestamente. Então, conforme escrevemos no início, Gaudêncio pode ser considerado em algum momento um bandido conforme aponta Hobsbawm, com ligação com os pobres e que luta contra os exploradores.

Quando vamos avançando na dissertação, este estereótipo de bandido se distancia de Gaudêncio. Seus saques e sua violência também estão presentes na vida dos colonos que lá habitavam, por mais, ruim ou bom que ele fosse sua permanência nesse local, por aproximadamente sete anos pode ser justificada por dois motivos: o primeiro referente a uma resistência a um governo opressor, e o segundo, pelo próprio medo que ele disseminava a população frente a seus ataques e agressões. De uma lado ele se apresenta como alguém que combate a injustiça mas ao mesmo tempo ele comete injustiças.

Seguindo, nos aproximamos do conceito de Anton Blok (1972) e sua teoria sobre o bandido social, frente a esta ambiguidade deste tipo de indivíduo. Não se pode deixar escapar que quanto mais conhecido este entrosado se torna das pessoas onde ele escolhe ficar, mais representativo ele se torna para os mesmos, porém, nunca deixando de impor seus interesses sobre o da coletividade. Gaudêncio dos Santos está mais atrelado, neste ponto de vista, às teorias de Blok (1972), pelo motivo que os saques, a violência em que ele impõe é direcionada a uma classe menos privilegiada: a camponesa. Suprimindo os camponeses, Gaudêncio e os demais bandidos ganham força e chance de negociar com as forças legalistas.

De 1923 a 1927, durante o governo positivista de Borges de Medeiros e sua política de demarcações de terra, inúmeras contestações populares surgiram. Borges de Medeiros e sua política coronelista resultaram em uma série de reivindicações que contribuíram para formar grandes grupos de bandidos que sequestravam proprietário de terras, saqueavam imigrantes e caboclos na região de Erechim.

Em Erechim, com a política borgista e os conflitos que se iniciam, Gaudêncio dos Santos aproveita-se da situação e se alista ao corpo paramilitar de Felipe Portinho tornando a Revolução sua bandeira, fazendo dela um instrumento para conquistar o que lhe fora possivelmente tirado em uma cobrança bancária, a terra.

Em relação ao grupo de bandoleiros que estavam ao lado de Gaudêncio dos Santos, vemos suas formações se aproximando do que Vanderwood (1992) expõe, a coletividade estava vivenciando um processo conturbado, repleto de protestos sociais e conflitos que desencadearam uma revolta armada permitindo a esses bandidos verem-se como vítimas de um sistema opressor que proporcionou a exclusão dos mesmos da participação tanto da política governamental quanto da reocupação de terras.

Gaudêncio dos Santos, possivelmente se torna representante de um bando de revoltosos e de habitantes imigrantes e caboclos que alimentava a esperança daqueles que o rodeavam na conquista de algo para si frente ao medo e aos conflitos contra os representantes armados do Governo.

Vemos Gaudêncio como um indivíduo comum não como um herói que tira dos mais abastados e partilha com os menos favorecidos, vemos um bandido ambíguo, violento, que usa de uma revolta popular e que ao mesmo tempo é uma revolta entre coronéis objetivando sempre conquistar algo para suas particularidades e não para uma particularidade coletiva.

Por mais que suas ações se dão em torno da conquista da terra, elas possuem um caráter, de certa forma, de interesse próprio, pois jamais consegue-se provar algo que ele mesmo faz e seja apresentado como algo vinculado a uma questão social e coletiva. Muito pelo contrário, sua violência e seus métodos de ataques guerrilheiros nos mostram um sujeito que tenta aproveitar da situação caótica que o Estado do Rio Grande do Sul e a Região de Erechim estavam passando.

Na conclusão deste trabalho, entendemos que Gaudêncio dos Santos lutou junto de Portinho sabendo que daí poderia ser uma alternativa a sua oportunidade de conquistar um lote de terra para si, não obstante, no conjunto das ações, isso possa compor um processo amplo de luta pela terra. Assim, foi abordado o tema banditismo social na região de Erechim, com a visão inicial sob a perspectiva de Vanderwood de “banditismo guerrilheiro” que se assemelham com figuras mexicanas como as de Pancho Villa e Zapatta, bandidos sociais que se destacaram quando seus países estavam em guerra civil.

REFERÊNCIAS

ARDENGHI, Lurdes G. Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2003.

ANTONACCI, Maria Antonieta. A Revolução de 1923: As oposições na República Velha. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1981.

AXT, Gunter. **O coronelismo indomável**: o sistema de relações de poder. In. (Coordenadores) BOEIRA, Nelson; GOLIN, TAU. República - República Velha (1889-1930) - Volume 3 – Tomo 1 - Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo RS: Méritos, 2007.

BALDIN, Bruna. **Tapir**: uma região cercada de mistérios e apreciada sob distintos ângulos pela bibliografia, pelos jornais e pela memória. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. TCC – História, UFFS.

BLOK, Anton. **The Peasant and the Brigand**: Social Banditry Reconsidered. Comparative Studies in Society and History, Cambridge, v. 14, n. 4, p. 494-503, Sep.1972.

BUSATO, Benjamim Luiz. **Meu Erechim cinquentão**. Erechim: Carraro, 1968.

BRASIL. Lei 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

CARON, M.; TEDESCO, J.C. **Intrusões no Alto Uruguai gaúcho – 1927 – 1929: o caso do bando de João Inácio**” Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, Porto Alegre, v.38, n.1, p.161-185, jan./jun.2012.

CASSOL, Ernesto. (Coord.). Histórico de Erechim. SEP/CESE: Instituto Social Padre Berthier: Passo Fundo, 1979.

CASSOL, Ernesto Carlos. Torres Gonçalves: vida, obra, significado Erechim, RS: Ed. São Cristovão, Erechim, 2003.

CHANDLER, Billy Jaynes. Dos bandidos e sua significação social: um ensaio transcultural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, 1984, v.14/15, nº 1/2, pp. 65-82.

DAL FORNO, Rodrigo. **O “Album dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no Rio Grande do Sul na década de 1920**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

DUCATTI NETO, Antônio. **O grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: Est, 1981.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rebelais**. Companhia das Letras, São Paulo, 2009.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; KORNDORFER, Ana Paula. Infância, violência urbana e saúde pública. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter. República Velha (1889-1930). V.3. t. 2. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014

FRANCO, Sérgio da Costa. **O partido federalista**. In. (Coordenadores) BOEIRA, Nelson; GOLIN, TAU. República - República Velha (1889-1930) - Volume 3 – Tomo 1 - Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo RS: Méritos, 2007.

FRANCO, Sérgio da Costa. **O Partido Federalista**. In: GOLIN, Tau, BOEIRA, Nelson. República Velha. 1889-1930. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3 t.1 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

GIACOMEL, Pedro. **Temidos e indesejados: Ação dos Maragatos e Chimangos em Floresta no Ano de 1923**. Monografia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, 2004.

GRITTI, Isabel Rosa. **As companhias colonizadoras e a intrusão de terras no norte do rio grande do sul: o caso da Fazenda Quatro Irmãos 1948-1950**. In: *Anais do Simpósio Nacional de História*, 27, 2013, Natal: ANPUH, 2013. p. 1-14.

GRITTI, Isabel Rosa: A luta pela terra na colônia da Erechim: Gaudêncio dos Santos e o Capitão Belo. In. ROCHA, Humberto José. Étnicos, milenários e bandidos (século XIX e XX). Acervus, Passo Fundo, 2020.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada geração de 1907**. UFRGS, Porto Alegre – RS, 1998.

HOBSBAWM, Eric John. **Bandidos**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric John. **Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ILLA FONT, Juarez Miguel. **Serra do Erechim, tempos heroicos**. Erechim: Carraro, 1983.

LAGEMANN, EUGÊNIO. **O setor financeiro**: das origens ao drama bancário. In. (Coordenadores) BOEIRA, Nelson; GOLIN, TAU. República - República Velha (1889-1930) - Volume 3 – Tomo 1 - Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo RS: Méritos, 2007.

LONER, Ana Beatriz. O movimento Operário. In. GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson. República - República Velha (1889-1930) - Volume 3 - Tomo 1- Coleção História Geral do Rio Grande do Sul (2007). Méritos, Passo Fundo, 2007.

MENDES, Jeferson dos Santos. Defloramento, estupro e incesto: análise sociológica sobre os processos-crime da 2ª Vara Civil – Comarca de Soledade – RS. In TEDESCO, João Carlos; MENDES, Jeferson dos Santos (org.). Cidadania e transformações sociais: temas em sociologia. Méritos, Passo fundo, RS, 2020.

MERTZ, Marli. **A agricultura**: a organização dos sistemas agrários. In. (Coordenadores) BOEIRA, Nelson; GOLIN, TAU. República - República Velha (1889-1930) - Volume 3 – Tomo 1 - Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo RS: Méritos, 2007.

O'DONNELL, Guilherme et all. **O Estado autoritário e movimentos populares**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979, pp. 281-285.

OSÓRIO, Joaquim Luís. **Partidos políticos no rio grande do sul**: período republicado. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1992.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jothany. **A Revolução federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **1893**: a revolução além fronteira. In. (Coordenadores) BOEIRA, Nelson; GOLIN, TAU. República - República Velha (1889-1930) - Volume 3 – Tomo 1 - Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo RS: Méritos, 2007.

RODRIGUES, Ricardo Velaz. **O castilhismo e outras ideologias**. In. (Coordenadores) BOEIRA, Nelson; GOLIN, TAU. República - República Velha (1889-1930) - Volume 3 – Tomo 1 - Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo RS: Méritos, 2007.

SINGELMANN, Peter. Political structure and Social Banditry in Northeast Brazil, **Journal of Latin American Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 7(1), May 1975, pp. 5983.

SCHMITT, Jean-Claude. **A história dos marginais**. In: LE-GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **A política fiscal modernizadora do partido republicano riograndense**. In. (Coordenadores) BOEIRA, Nelson; GOLIN, TAU. República - República Velha (1889-1930) - Volume 3 – Tomo 1 - Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo RS: Méritos, 2007.

TEDESCO, João Carlos. **A economia e a indústria da madeira**. In. (Coordenadores) BOEIRA, Nelson; GOLIN, TAU. República - República Velha (1889-1930) - Volume 3 – Tomo 1 - Coleção: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo RS: Méritos, 2007.

TEDESCO, João Carlos, CARON, Márcia dos Santos. João Inácio e seu bando, intrusões e a luta pela terra no norte do rio Grande do Sul (1927 - _1930) In. ROCHA, Humberto José da. **Étnicos, milenários e bandidos (séculos XIX e XX)**. Acervus, Passo Fundo, 2020.

VANDERWOOD, Paul J. **Disorder and progress: bandits, police and Mexican development**. Wilmington: Scholarly Resources, 1992.

VANDERWOOD, Paul. **El bandidaje en el siglo XIX: una forma de subsistir**. História Mexicana, Vol. 34, n. 1, Ciudad de México, 1984, pp. 41-73.

WACHOWICZ, Roman. Maragatos. Relatos históricos ocorridos no Rio Grande do Sul nos anos 1923-1927. (Trad. Veronica Dorocz Vettori). Simon P. Anderson: Illinois, 2011.

WASSERMAN, Claudia (Coord.) História da América Latina: cinco séculos. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2003.

WEISS, José. Chimangos e maragatos. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/cultura/2013/04/chimangos-x-maragatos>. Acesso em 17 dez 2022.